



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VALTER ANGELO DA SILVA JÚNIOR**

**A EMERGÊNCIA DOS EMERGENTES: O QUE QUER O BRICS?  
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A GOVERNANÇA GLOBAL NO SÉCULO  
XXI.**

**JOÃO PESSOA - PB  
2014**

**VALTER ANGELO DA SILVA JÚNIOR**

**A EMERGÊNCIA DOS EMERGENTES: O QUE QUER O BRICS?  
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A GOVERNANÇA GLOBAL NO SÉCULO  
XXI.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Bacharelado em  
Relações Internacionais, da Universidade  
Estadual da Paraíba, em cumprimento à  
exigência para obtenção do grau de  
bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Giuliana Dias Vieira

JOÃO PESSOA - PB  
2014

S586e Silva Júnior, Valter Angelo da

A emergência dos emergentes [manuscrito] : o que quer o BRICS? organizações internacionais e a governança global no século XXI / Valter Angelo da Silva Júnior. - 2014.

63 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Giuliana Dias Vieira, Departamento de Relações Internacionais".

1. BRICS. 2. Governança global. 3. Instituições internacionais. 4. Multilateralismo. 5. Política externa. I. Título.

21. ed. CDD 382

**VALTER ANGELO DA SILVA JUNIOR**

**A EMERGÊNCIA DOS EMERGENTES: O que quer o BRICS?  
Organizações Internacionais e a Governança Global no século XXI**

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovado(a) em 09/12/2014.



---

Professor(a) Giuliana Dias Vieira / UEPB  
Orientador(a)



---

Professor(a) Alexandre César Cunha Leite / UEPB  
Examinador(a)



---

Professor(a) Aline Chianca Dantas / UEPB  
Examinador(a)

## DEDICATÓRIA

Dedico este meu Pai, Valter Angelo da Silva (*in memoriam*), que sempre me incentivou a estudar e a acreditar que posso realizar todos os meus sonhos. Te amo, Pai.

## AGRADECIMENTOS

A minha família, minha Mãe Ivanilda Angelo, meus irmãos: Rafael D'Angelo, Caroline D'Angelo e Pedro Angelo. Sem vocês tudo seria mais difícil. Unidos somos sempre mais fortes!

À Universidade Estadual da Paraíba, Instituição de Ensino Superior na qual venho trilhando, até o presente momento, minha carreira acadêmica.

A Professora Giuliana Dias Vieira, orientadora deste trabalho, que tive a honra de conhecer e conviver durante toda graduação. “Tem que ser você” “*You don't know me*” “*Je suis malade*”. Obrigado pelo carinho, paciência e dedicação.

Ao Professor José Carlos de Assis, que confiou em mim para estar à frente de diversas iniciativas e me deu condições para que eu pudesse dar o primeiro passo na condução deste trabalho.

Ao Professor Carlos Enrique Ruiz Ferreira, que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do que sou como Profissional. Obrigado, Professor Carlos! “A UEPB NO MUNDO E O MUNDO NA UEPB” “Jorge Ben” “Caetano Veloso” “Mestre Lorimbau”.

Aos meus grandes amigos: Adriano Lucena, Alex Meaux, Anna Belém, Daniel Muniz, Jobênia Naath, Mayumi Okamura, Sandro Silvestre, Silvio Júnior e Pierre Lira.

# **A EMERGÊNCIA DOS EMERGENTES: O QUE QUER O BRICS? ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A GOVERNANÇA GLOBAL NO SÉCULO XXI.**

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objeto de investigação o agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), analisando as motivações de seus membros em políticas de cooperação internacional, alinhadas a um projeto de redefinição da governança global. Sete décadas após a conferência em Bretton Woods, ocasião em que foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, poucas mudanças aconteceram que levassem em conta a crescente importância econômica e geopolítica dos países emergentes, em especial a dos países BRICS. Países como a Índia, Brasil e África do Sul reivindicam maior espaço e participação na tomada de decisão em escopos de primeiro nível, a exemplo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mostrando assim o interesse em projetar seus valores, ideias e percepções no cenário internacional - de ter voz e vez. Em números, os BRICS evidenciam sua relevância econômica. Brasil, Rússia, China e Índia estão entre as 10 maiores economias do mundo. A África do Sul por sua vez, justifica sua posição a partir de uma influência política no continente africano. O grupo demonstra que seus membros, a partir de políticas sinérgicas, podem influenciar a política internacional nos mais importantes temas debatidos no século XXI: economia, política, segurança e meio ambiente. Internamente, o bloco possui uma imagem distinta, servindo de legitimador da Política Externa de seus membros, que não se caracteriza, a priori, como antiocidental, mas sim como pró-BRICS, pró-emergentes. No ambiente externo, a comunidade internacional tem prestado atenção nas ações do bloco, a exemplo dos encontros anuais de Chefes de Estado e principais ministros, além de encontros acadêmicos organizados em razão de cada reunião. Ações concretas como a criação de um Banco de Desenvolvimento próprio e um Fundo de Reservas para recorrer em situações de crise evidenciam o desejo do mantimento da cooperação em longo prazo. Assim, o estudo do processo de formação e desenvolvimento deste bloco é avaliado a partir do posicionamento conjunto de seus membros sobre a formatação do cenário internacional, o que permite prever a busca por mudanças substanciais nos próximos anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** BRICS. Governança Global. Instituições Internacionais. Multilateralismo. Política Externa.

## **ABSTRACT**

The present paper aims to research the emerging countries of the BRICS group (Brazil, Russia, India, China and South Africa), concerning the group's motivations in international cooperation policies, aligned to a project of reorganization of global governance. Seven decades after the conference in Bretton Woods, when he established the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank, few changes have taken place that would take into account the growing economic importance and geopolitics in emerging countries, particularly the BRICS countries. Countries like India, Brazil and South Africa, claiming more space and participation in decision making in top-level scopes, such as the United Nations Security Council (UNSC), showing interest in designing their values, ideas and perceptions on the international scene - to have voice and time. In numbers, the BRICS show its economic relevance. Brazil, Russia, China and India are among the 10 largest economies in the world. South Africa in turn, justified his position from a political influence in Africa. The group demonstrates that its members from synergistic policies can influence international policy on the most important issues discussed in the XXI century: economy, politics, security and the environment. Internally, the block has a distinct image, serving as legitimizing the foreign policy of its members, which is not known a priori, such as anti-Western, but as pro-BRICS, pro-emerging. In the external environment, the international community has been watching the actions of the block, like the annual meetings of heads of state and prime ministers, and academic meetings organized by reason of each meeting. Concrete actions such as the creation of a Development Bank itself and a Reserve Fund for use in crisis situations reveal the desire grocery cooperation in the long term. Thus, the study of the formation and development of this block process is evaluated from the set of its member's position on the formatting of the international scenario, which allows predicting the search for substantial changes in the coming years.

**KEYWORDS:** BRICS. Global Governance. International Institutions. Multilateralism. Foreign Policy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS	Abstenção
ACR	Acordo Contingente de Reservas
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BCE	Banco Central Europeu
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRICs	Brasil, Rússia, Índia e China
CNPq	Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-20	Grupo dos 20 ( <i>financeiro</i> )
G7	Grupo dos Sete
G8	Grupo dos Oito
G9	Grupo dos Nove
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto ( <i>nominal</i> )
R-5	Real, Ruble, Ruppe, Renminbi e Rand
TMDSC	Tratados Multilaterais depositados junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas
Troika	Comissão Europeia, Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos países do G-20 no PIB Mundial nos anos de 2000 em 2013 .....	20
Gráfico 2 - BRICS, G7 e Demais Países – Participação no PIB Mundial no ano 2000 .....	27
Gráfico 3 - BRICS, G7 e Demais Países – Participação no PIB Mundial no ano 2013 .....	28
Gráfico 4 - Reservas em Dólar (US\$) - G7 e BRICS (2000 a 2013).....	29
Gráfico 5 - Desempenho do PIB nominal - G7 e BRICS (2003 a 2013) .....	30
Gráfico 6 - Investimento Estrangeiro Direto: BRICS e G7 – 2000 a 2013 .....	30
Gráfico 7 - Distribuição da Produção Mundial (PIB) entre 1700 e 2012 .....	32
Gráfico 8 - Crescimento da população mundial entre 1700 e 2012.....	33
Gráfico 9 - Diferença entre a participação dos países do G-20 financeiro no PIB Mundial nos anos 2000 e 2013 .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Gráfico 10 – Estrutura: Banco do BRICS e Arranjo Contingente de Reservas.....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Declarações de Chefes de Estado dos BRICS - 2009 a 2014 .....	34
Tabela 2 - Participação e Ratificação dos países do BRICS em Tratados Multilaterais depositados junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas .....	37
Tabela 3 - Votação do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em Resoluções direcionadas à Líbia no Conselho de Segurança das Nações Unidas .....	43
Tabela 4 - Participação do PIB nominal (%) dos países que compõem o G-20 financeiro* no PIB Mundial nos anos de 2000 e 2013.....	50
Tabela 5 - Desempenho anual (%) do PIB nominal dos países do G-20 financeiro entre os anos de 2003 e 2013 e média do período 2003-2013.....	52

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 DE NOVA IORQUE À BEIJING: PERCEPÇÕES SOBRE O BRICS NA POLÍTICA E ECONOMIA INTERNACIONAL</b> .....	17
2.1 BRICS e G7: Um modelo, duas estratégias .....	25
2.2 Mudanças de eixo: BRICS, três pilares, duas asas.....	31
<b>3 O DISCURSO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO DO BRICS: ENGAJAMENTO E MULTILATERALISMO</b> .....	34
3.1 Engajamentos: Sistema ONU, G-20 financeiro e OMC.....	36
3.2.1 O BRICS na Organização das Nações Unidas .....	37
3.2.2 O BRICS no G-20 financeiro .....	38
3.2.3 O BRICS no Conselho de Segurança nas Nações Unidas. ....	42
3.2.4 O BRICS na OMC .....	44
<b>4 CONTRA HEGEMONIA: BRICS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS</b> .....	49
4.1 Banco do BRICS e o Acordo Contingente de Reservas.....	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	63

## 1 INTRODUÇÃO

O período entre guerras (1918-1939) e, posteriormente, o cenário conturbado surgido com o fim da Segunda Guerra Mundial, propiciou, a partir da cooperação entre os Estados, a criação de organizações internacionais, capazes de atender a demandas relacionadas a desenvolvimento, recuperação estrutural, estabilidade econômica e, sobretudo, de elaborar normas para o Sistema Internacional de Estados<sup>1</sup>. Tais organizações tiveram como característica comum o caráter normativo, utilizado para regular a convivência entre os Estados e estabelecer diretrizes para a condução da política e economia internacional.

A experiência do descontrole financeiro e monetário antecedente a Segunda Guerra Mundial, vivenciado desde o início da crise de 1929, serviu de alerta para a relevância de ações coordenadas com o intuito de minimizar as consequências do caos para a economia mundial. Por conseguinte, a cooperação e o multilateralismo<sup>2</sup> se tornaram estratégias para a estabilidade do sistema cada vez mais interdependente.

Com efeito, as organizações internacionais se configuraram, nesta concepção, como espaços legítimos de discussão e regulação, extensões dos Estados, mesmo que não dotassem de um papel mais relevante que seus criadores. Em vista disso, durante a década de 1940 surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e negociações importantes foram efetuadas a partir do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), sendo substituído posteriormente pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Setenta anos depois, como assevera Almeida (2002, p. 125), as instituições criadas no pós-guerra atuam como parte indissociável do conjunto de mecanismos e instrumentos de monitoramento e regulação. Contudo, elas transcenderam suas missões concebidas na origem e passaram a transformar e formular normas para o funcionamento do Sistema Internacional, servindo com instrumentos de Governança Global<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Bull (2002, p.19) define o conceito de Sociedade Internacional ou Sociedade de Estados quando estes, os Estados, cômnicos de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto de regras, participando de instituições comuns.

<sup>2</sup> Ruggie (1993, p.9) define o conceito de multilateralismo como uma forma institucional que coordena a relação entre três ou mais estados, baseados em princípios gerais de conduta.

<sup>3</sup> Almeida (2002, p. 125) afirma que instituições como o FMI e o Banco Mundial ultrapassaram

De acordo com Almeida (2012), a razão burocrática dessas organizações é influenciada diretamente por uma atuação política e intelectual, coordenada geralmente de maneira unilateral ou por uma coalizão entre poucos integrantes e executadas no plano multilateral, na relação entre elas e os países-membros.

Apesar da participação mais ativa dos países em desenvolvimento em fóruns multilaterais, o processo de tomada de decisão e representatividade passou por mínimas alterações nos últimos setenta anos. As organizações internacionais que surgiram no pós-segunda guerra e que estão em pleno funcionamento até os dias atuais, sofrem a imposição de políticas verticais em praticamente todas as áreas, i.e. Economia, segurança, meio ambiente, a partir da perspectiva dos países desenvolvidos, em maior grau dos Estados Unidos. Essa influência político-ideológica se faz mais notória nas instituições do “Sistema de Bretton Woods” (FMI e Banco Mundial) e no organismo da ONU responsável pelo mantimento da paz e a segurança internacionais: o Conselho de Segurança nas Nações Unidas (CSNU).

Nota-se, a despeito de tais organizações, que tanto o *modus operandi* quanto o papel dos membros que as conduzem tem sido questionados, principalmente na última década. Nesse sentido, o desempenho dos países emergentes têm sido utilizado - principalmente no campo econômico - como pilar principal de sustentação das propostas de transformações em instituições de governança global, tais como as organizações retro-referidas.

Acerca disso, na pesquisa em questão, destacamos a participação dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), constituído sob forma de um fórum político-diplomático em 2009 e estabelecido como um “agrupamento de países” com propósitos comuns nas relações internacionais desde então, na busca por transformações no Sistema Internacional que leva em consideração a opulência de seus membros politicamente e economicamente.

A importância da premente análise resta, pois, na reflexão sobre a atuação das organizações internacionais no mantimento do *status quo* dos países desenvolvidos na condução da política e da economia mundial, cuja estrutura foi orquestrada no pós-segunda guerra mundial. Em contraposição a esse modelo de desenvolvimento, investigamos na iniciativa do BRICS a viabilidade da alteração concreta das regras do jogo na arena internacional, respaldada pela conjectura de que seus países membros serão em longo prazo atores ainda mais relevantes regionalmente e internacionalmente.

Para efeito de análise, utilizamos a expressão “o BRICS” para definir como o agrupamento se comporta em termos de consenso - como grupo coeso -, na proposta de ações coordenadas e na feitura do discurso político-diplomático utilizado como base para entender a iniciativa multilateral. Por outro lado, utilizamos “os BRICS” para referir-se aos países que compõem o agrupamento: “Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul”, assim, tratando a expressão cunhada por Jim O’Neill não só como acrônimo, mas sim como uma expressão definidora de um formato, dado como novo – por seus membros -, no desenvolvimento mundial.

Dessa forma, para o desenvolvimento do presente trabalho, adota-se o nível de análise sistêmico, que se configura como uma abordagem das relações internacionais que favorece a compreensão de tais relações em que os intervenientes constroem e são constroídos.

Considera-se este enfoque sistêmico adequado pelo fato de possibilitar a compreensão da realidade internacional a partir da intervenção de outros tipos de atores que não somente os Estados, demonstrando como a influência daqueles pode condicionar estes - bem como o contrário - possibilitando igualmente a compreensão dos mecanismos e forças que condicionam os rumos das políticas internas e externas estatais.

Metodologicamente, a presente pesquisa tem como campo de observação a Economia Política Internacional, na análise de como Sistema Internacional de Estados se reorganizou no contexto do pós-segunda guerra mundial. Nesse sentido, temos na formação das Organizações Internacionais e na maneira que elas vêm atuando desde então, o pilar principal para análise de como as mesmas têm sido usadas como instrumentos de governança global, capitaneadas por países desenvolvidos, a despeito dos demais países pobres ou em desenvolvimento.

Utiliza-se dados de relatórios publicados periodicamente por instituições como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, além do posicionamento de autores e pesquisadores dos países membros do BRICS. Contudo, não deixaremos de usar também críticas e relatórios de observadores externos.

À vista disso, objetivamos nessa pesquisa analisar qual o posicionamento do BRICS no que se refere a transformações no Sistema Internacional, e como os países do agrupamento têm se organizado para executar ações coordenadas já realizadas nos âmbitos político e econômico. A partir desse ponto, buscar-se analisar o desempenho da economia mundial na última década, destacando a

participação dos países do BRICS em fóruns financeiros multilaterais. Objetivamos ainda, analisar o impacto das ações coordenadas do agrupamento no cenário internacional, contrastando as propostas com o que realmente tem sido executado.

O presente ensaio se estrutura, portanto, em três partes, nas quais o leitor será convidado, inicialmente, à compreensão das percepções que acadêmicos e Chefes de Estados do BRICS têm sobre o agrupamento, além de fazer uma análise dos dados econômicos da última década de países desenvolvidos em contraposição a países em desenvolvimento. Em seguida, analisa-se a evolução do discurso político-diplomático do BRICS enquanto agrupamento coeso, com propósitos comuns e ações coordenadas, concernente a temas de reformas nas instituições internacionais na governança global. A partir daí, observaremos como este agrupamento tem se comportado à vista do que tem sido proposto nesse novo formato de desenvolvimento nas relações internacionais, observando se há algo de concreto realizado para este fim e as possíveis repercussões para a política e economia internacional, concluindo com as considerações do autor sobre o objeto abordado.

## 2 DE NOVA IORQUE À BEIJING: PERCEPÇÕES SOBRE O BRICS NA POLÍTICA E ECONOMIA INTERNACIONAL

O acrônimo “BRICs” (Brasil, Rússia, Índia e China) foi formulado pelo economista-chefe do Goldman Sachs<sup>4</sup>, Jim O’Neill, em um relatório de 2001, intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*”<sup>5</sup>. A análise realizada por O’Neill e seus colaboradores tinha como principal foco projeções no campo econômico-financeiro, a respeito das potencialidades individuais dos mercados BRICs na economia internacional.

Apesar da percepção aguçada do criador, as criaturas (os BRICs) não se comportaram da maneira idealizada, tornando-se posteriormente um espaço multilateral para ações coordenadas em outras áreas estratégicas das relações internacionais.

Na projeção do Goldman Sachs, Brasil, Rússia, Índia e China representariam, num horizonte de 10 anos, 14% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, em relação aos seus então 8%. Todavia, surpreendendo as projeções de O’Neill e dos demais analistas do banco estadunidense, os BRICs alcançaram cerca de 19% do PIB mundial em 2012.

Embora o relatório de O’Neill tenha tido como principal ponto de análise as projeções econômico-financeiras, foi dada ênfase – surpreendentemente - à necessidade de reorganização das instituições formuladoras de política internacional, inclusive sendo sugerida a atualização<sup>6</sup> do Grupo dos Sete (G7)<sup>7</sup>, a partir da modificação da estrutura do grupo, reduzindo a participação dos países europeus e criando um grupo mais representativo: o G9<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> Banco de Desenvolvimento estadunidense. Mais informações em <<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil>>

<sup>5</sup> O’NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. Goldman Sachs. Paper nº66. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ourthinking/brics/building-better.html>>

<sup>6</sup> Expressão utilizada pelo economista no relatório supracitado.

<sup>7</sup> O Grupo dos Sete (G7) é um bloco informal das democracias industrializadas, tendo como membros: França, Alemanha, Itália, Reino Unido, Japão, Estados Unidos, e Canadá. Reúnem-se anualmente para discutir questões de interesse comum como a governança econômica mundial, a segurança internacional e política energética. Ver mais em: <<http://www.g7group.com/>>. A Rússia pertenceu ao fórum no período de 1998 a 2014 (Grupo dos Oito - G8), mas os outros membros suspenderam a sua cooperação com Moscou após a anexação da Criméia, em março daquele ano.

<sup>8</sup> Na perspectiva de O’Neill o G9 seria formado pelos seguintes países: Estados Unidos, Inglaterra, “Representação da União Europeia”, Canadá, Brasil, Rússia, Índia e China e Japão. À época, o autor enfatizou que o G9 coordenaria políticas econômicas mundiais, tal qual era realizado no G7. Contudo, de forma mais representativa.

Considerando a formatação atual do agrupamento, no aspecto econômico as projeções de O'Neill foram superadas e no âmbito político, a ideia do G9 não foi sequer iniciada.

Assim, surgindo então a partir de uma estratégica política com viés bastante reformista, o BRICs tomou forma enquanto entidade político-diplomática em 2009, na ocasião do Encontro de Chefes de Líderes dos países-membros, realizada em Ecatemburg, na Rússia. Todavia, reuniões informais dos Chanceleres já haviam sido realizadas desde 2006, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Em 2011, quando da 3ª reunião de Chefes de Estado dos BRICs, em Sanya, Hainan, na China, a África do Sul foi incorporada ao grupo, sendo o agrupamento atualizado para o formato atual: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

De acordo com Brahma Chellaney<sup>9</sup> (2014), o BRICS, ou ainda o R-5 - pelo fato de suas moedas nacionais na língua inglesa serem grafadas, respectivamente: *real, ruble, ruppe, renminbi e rand* -, representa no mundo pós-guerra fria, a primeira importante iniciativa global não ocidental.

No que concerne à atuação e prioridades econômicas do BRICS, Vladimir Davydov<sup>10</sup> (2014) afirma que é compreensível o desenvolvimento de uma coalizão dessa envergadura, pois a mudança do contexto internacional, motivada principalmente pela ascensão dos países emergentes no campo geopolítico e geoeconômico modifica as categorias de peso e impulsionam a reorganização da hierarquia global. O autor expressa:

Desde a primeira reunião de cúpula em Yekaterinburg (2009), a gama de interesses comuns dos países membros e o recheio das agendas de fóruns sucessivas ampliou significativamente. A motivação inicial teve a ver principalmente com o interesse comum na reorganização da arquitetura financeira e econômica global, tendo em conta a crescente importância de novos e influentes atores que formaram a associação destes quatro e depois cinco potências emergentes. O aprofundamento da crise global, a erosão do sistema anterior de regulação global, o surgimento de novos "pontos quentes" no mapa político do mundo, o que teve um impacto sobre a agenda dos trabalhos realizados na plataforma BRICS e no objeto de

---

<sup>9</sup> Brahma Chellaney é Professor de Assuntos Estratégicos no Centro de Pesquisa Política Independente de Nova Deli, Índia.

<sup>10</sup> Prof. Dr. Cat. Vladimir M. Davydov (BRICS: balance de actuación y prioridades económicas, Conferência BRICS no século XXI, Rio de Janeiro, 2014). Davydov é Diretor do Instituto sobre América Latina da Academia de Ciências da Rússia. Possui diversas publicações sobre as relações Rússia-América Latina-BRICS Disponível em: < <http://www.hse.ru/en/org/persons/69784>> Acesso em: 20 ago 2014.

coordenação de atividades dos países membros na arena internacional". (DAVYDOV, 2014, p.3, tradução nossa).

Apesar do BRICS ter surgido no estopim da crise econômica de 2008-2009, Davydov (2014, p.3) considera que o agrupamento não se caracteriza de modo algum como um produto de uma conjuntura, ou seja, no caso do BRICS, não sendo coalizão de caráter efêmero a ser descontinuada num eventual retorno à situação anterior ao caos econômico-financeiro. Esta associação, aponta o autor, "responde realmente à mesma lógica de mutações objetivas e irreversíveis que vem acontecendo no cenário internacional e tem como destino o desenvolvimento de uma estrutura e personalidade institucional".

De fato, desde o pós-guerra fria as mutações no cenário internacional têm sido significativas. Atualmente, o que o BRICS apresenta em termos quantitativos não pode ser desconsiderado, sendo seus membros representantes de mais de um quarto da massa populacional do mundo. Na economia mundial equivalem a pouco mais de 21% do PIB e quase a metade de toda troca comercial e reservas internacionais.

Com efeito, nota-se principalmente a partir da última década, a participação crescente e contínua não só dos países do BRICS, como também dos demais países em desenvolvimento na economia mundial. Nesse aspecto, o empoderamento pode ser verificado, conforme aponta Bhrama Chellaney (2014) nas grandes reservas em moeda estrangeira, em posse dos países do BRICS e os demais países em desenvolvimento, que atualmente financiam déficits montanhosos em economias mais ricas<sup>11</sup>.

Na perspectiva geopolítica, Chellaney (2014) considera que prospectivas ações coordenadas entre potências emergentes do nível dos BRICS, podem influenciar consideravelmente as relações internacionais. Como exemplo, o autor argumenta que no campo geopolítico internacional, em questões importantes como a da Síria do Irã, "o BRICS se posicionou como uma voz de moderação e alerta, buscando providenciar o equilíbrio para o impulso intervencionista das potências ocidentais<sup>12</sup>".

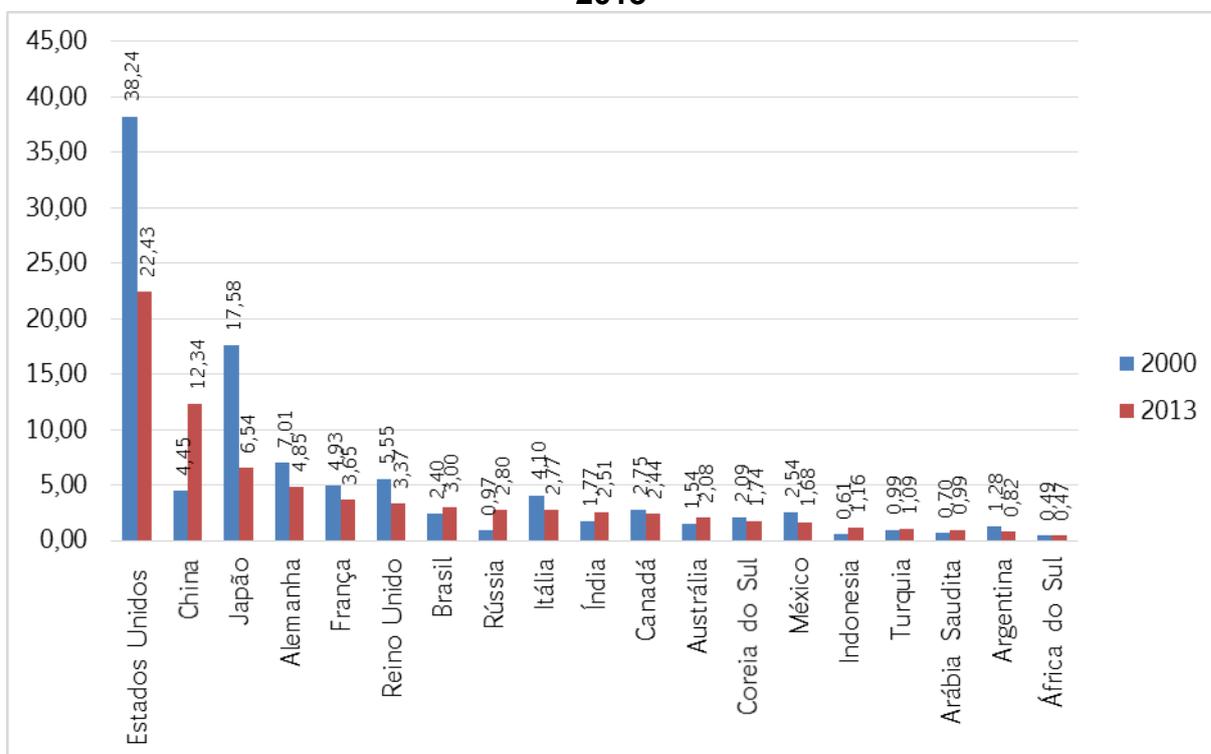
---

<sup>11</sup> Esses dados podem ser encontrados no Relatório do Banco Mundial: World Economic Outlook. A afirmação sobre o financiamento de déficits em economias mais desenvolvidas pode ser encontrado no trabalho de Chellaney (2014).

<sup>12</sup> Do original: "BRICS has stood out as the voice of moderation and caution, seeking to provide the balance to the interventionist impulse of Western powers" Chellaney, 2014. Tradução nossa.

No Sistema Internacional, o BRICS tem na importância da economia de seus membros o pilar principal para o respaldo do discurso político-diplomático na proposição de reformas<sup>13</sup>. Na última década, os membros do BRICS desempenharam um papel crucial para o desenvolvimento da economia mundial. Se comparado a participação de suas economias com os demais membros do G-20 financeiro atual, percebe-se que os membros do BRICS tiveram o maior destaque. A afirmação retro-referida pode ser analisada com mais precisão no Gráfico 01, a seguir:

**Gráfico 1 - Participação dos países do G-20 no PIB Mundial nos anos de 2000 e 2013**



**Fonte: Site eletrônico Banco Mundial. Compilação e sistematização dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014.**

A partir da análise dos dados, percebe-se que enquanto as economias mais desenvolvidas (Estados Unidos, Japão e países da União Europeia) perderam espaço considerável na participação do PIB mundial, os países do BRICS (com exceção da África do Sul, que obteve uma leve queda) tiveram um desempenho

\* Todos os Gráficos encontrados nesse trabalho foram de elaboração nossa. Não é comum encontrar no site eletrônico do FMI e Banco Mundial informações econômicas por “agrupamento político-diplomático”. As fontes de dados estão no anexo desse trabalho. Disponibilizamos a seguir o link da planilha formulada: < <http://http://goo.gl/NM6RTc>>

<sup>13</sup> Faremos uma discussão mais aprofundada sobre esse tema no Capítulo II e III.

positivo, com maior destaque para a China que quase triplicou sua participação nesse aspecto.

Hao Qian<sup>14</sup> (2014) argumenta que os países do BRICS como um todo já impactam de maneira considerável o mercado econômico mundial. Além disso, considera que nas demais áreas “cada nação, devido a seu modelo de desenvolvimento único e sua localização geográfica estratégica, tem impactado o mundo da ordem e do sistema existente”.

De fato, por serem grandes países aspirantes ao pleno desenvolvimento, não é difícil encontrar similaridades no que busca cada país no cenário internacional. Com efeito, percebe-se o BRICS sendo visualizado cada vez mais como uma entidade política internacional realmente existente.

Apesar de tais considerações, o BRICS ainda não é uma instituição formal, dotada de uma estrutura organizacional, secretariado e uma carta régia<sup>15</sup>. No que tange ao reconhecimento de outros países e instituições, o agrupamento ainda não possui um *status* diferenciado, a exemplo do G7, que em relatórios do FMI e Banco Mundial já figuram separados de outros países desenvolvidos<sup>16</sup>. Nesses relatórios, os países do BRICS estão juntos às demais economias em desenvolvimento<sup>17</sup>.

À vista disso, percebe-se que o FMI e o Banco Mundial ainda são reticentes em considerar o BRICS enquanto agrupamento coeso e como uma força geoeconômica que deva ser analisada em conjunto – a exemplo do que é feito com o G7 -, apesar de já haverem situações na qual o FMI se referiu formalmente ao BRICS como instituição.<sup>18</sup>

Entre os BRICS, há também diferentes percepções sobre o que o BRICS representa, seja do ponto de vista estatal ou do que suas respectivas sociedades entendem e esperam do agrupamento. Apesar da coesão quando do discurso político-diplomático externo, cada país utiliza da cooperação estratégica de maneira distinta.

---

<sup>14</sup> Hao Qian é Professora e Pesquisadora na Universidade de Estudos Internacionais de Shanghai, China, com foco na temática de Linguística e Geopolítica, tendo pesquisas realizadas sobre a China BRICS,

<sup>15</sup> Faremos uma análise detalhada sobre esse aspecto nas considerações finais.

<sup>16</sup> O Relatório periódico do FMI, o “World Economic Outlook”, separa os países do G7 dos demais países desenvolvidos. Ver: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weoselagr.aspx#a119>> 16 ago 2014.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Ver Declaração da Diretora-Geral do FMI sobre o BRICS. <<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2014/pr14349p.pdf>> Acesso em 30 de julho de 2014.

Em relação à China, na perspectiva de Adriana Abdenur<sup>19</sup> (2014), o BRICS representa uma oportunidade concreta de legitimar o multilateralismo do país, principalmente economicamente. A autora assevera que a China, por si só, já ultrapassa a grandeza econômica dos demais membros do BRICS, sendo sua participação essencial para a relevância do agrupamento na arena internacional.

Na China, o reconhecimento da importância do BRICS do ponto de vista da sociedade civil e em espaços acadêmicos tem crescido de maneira gradual. Hao Qian (2014) analisa o fato de que na China há poucos acadêmicos que pesquisam somente sobre o BRICS. Entretanto, de acordo com a pesquisadora, diversos centros de referência foram criados com o investimento do Governo nos últimos cinco anos com o intuito de desenvolver a área de pesquisa acadêmica na China. Entre os novos projetos financiados estão alguns já consolidados sobre o BRICS.

No momento, em Beijing, há um excelente programa de pesquisa BRICS no Instituto de Economia Mundial e Política da Academia Chinesa de Ciências Sociais [...] a Universidade de Pequim tem um programa de pesquisa sobre BRICS [...]. O terceiro programa de pesquisa está localizado na Universidade Renmin da China. [...] Por fim, há um quinto Instituto de pesquisa muito fundamental em Beijing é a Universidade de Relações Internacionais da China. [...] Em Shanghai, a Universidade Fudan, em 2012, estabeleceu um Centro de Estudos do BRICS. [...] No momento, o Centro de Estudos do BRICS na Universidade Fudan, é a maior centro de pesquisa do BRICS profissional e funciona como um think tank apenas focando o BRICS na China. (QIAN, 2014, p.3, tradução nossa)

Na Rússia, a iniciativa do BRICS tem bastante relevância do ponto de vista estatal. Caracteriza-se como uma cooperação internacional que demonstra que o país não está isolado na arena internacional e que ainda desempenha um papel de relevância na definição de uma ordem geopolítica. A Rússia confere ao BRICS um papel geopolítico estratégico, considerando a iniciativa um dos eventos mais importantes no novo século.

O país preparou um documento formal demonstrando os anseios a médio e longo prazo dentro do formato BRICS, intitulado “*CONCEPT of participation of the Russian Federation in BRICS (CPRFB)*”<sup>20</sup> no qual faz considerações otimistas sobre

---

<sup>19</sup> Adriana Erthal Abdenur é Coordenadora Geral do BRICS Policy Center e professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

<sup>20</sup> Ver: CONCEPT of participation of the Russian Federation in BRICS <<http://eng.news.kremlin.ru/media/events/eng/files/41d452b13d9c2624d228.pdf>>, acesso em 10 ago 2014.

o agrupamento como fator crucial para a política mundial e para a Política Externa Russa.

A Federação Russa assume que, sujeita a uma firme vontade política por parte dos governos dos Estados participantes a aprofundar a cooperação, a associação pode potencialmente se tornar um elemento-chave de um novo sistema de governança global, em primeiro lugar, nas áreas econômica e financeira. Ao mesmo tempo, a Federação Russa está a favor de posicionar BRICS no sistema mundial como um novo modelo de relações globais e abrangente das antigas linhas divisórias entre o Oriente e o Ocidente, do Norte e do Sul. (CPRFB, 2012, §11)<sup>21</sup>. Tradução nossa.

O atual Presidente da Rússia, Vladimir Putin, projeta-se como estrategista político do agrupamento. O presidente argumenta que “é hora de elevar o BRICS para um novo nível”, o de *global player* em um sistema internacional cada vez mais multipolar.

Em entrevista ao periódico russo *Itar Tass*<sup>22</sup>, Putin (2014) afirmou que o BRICS precisa direcionar a agenda do agrupamento não só para temas econômicos, mas também para temas como o de segurança e paz - incluindo terrorismo, tráfico de drogas -, governança da internet.

Devemos coordenar a política BRICS mais ativamente e neutralizar ameaças e desafios de segurança, incluindo o combate ao terrorismo. Entre outras maneiras, isto pode ser conseguido por meio do mecanismo de consultas de combate ao terrorismo. Uma questão importante na agenda será dedicada a expandir a cooperação para combater o tráfico de drogas. Estamos prontos para construir esforços conjuntos no sentido de reforçar o regime jurídico internacional de controle de drogas. A Cooperação na definição de regras de comportamento responsável no espaço global de informação é outra questão importante. Essas regras devem ser baseadas nos princípios do respeito pela soberania de um país, não ingerência nos assuntos internos, a observância dos direitos humanos e das liberdades, bem como a igualdade de direitos para todos os países a participar na gestão da Internet. Eu acho que nossos esforços conjuntos irão garantir que os países BRICS têm uma posição de liderança no reforço da segurança da informação internacional. Estamos planejando moldar uma política comum de informação na arena internacional para apoiar a atividade do BRICS e apresentar uma imagem mais imparcial do mundo. (PUTIN, 2014, Tradução nossa)

---

<sup>21</sup> Do original: *The Russian Federation assumes that, subject to a firm political will on the part of governments of the participating states to deepen cooperation, the association can potentially become a key element of a new system of global governance, first of all, in the financial and economic areas. At the same time, the Russian Federation stands in favor of positioning BRICS in the world system as a new model of global relations, overarching the old dividing lines between East and West, and North and South.*

<sup>22</sup> Ver entrevista completa, Disponível em: < <http://en.itar-tass.com/russia/740471>>. Acesso em 15 de julho de 2014.

Apesar de declarações nesse sentido, percebe-se que não há definição se existe um líder do agrupamento no campo político – área em que os países membros possuem mais cautela antes de se pronunciarem oficialmente -, porém, no que se refere à economia, é difícil imaginar qualquer ação sem a liderança da China, considerando sua grandeza econômica em constante crescimento.

Índia, Brasil e África do Sul já compartilham de interesses comuns no que se refere à redefinição de espaços de governança global no âmbito do IBAS, um fórum político-diplomático formado “por três grandes democracias multiétnicas, em três continentes do mundo em desenvolvimento”. Celso Amorim (2014), afirma que a coalizão IBAS demonstrou que os países em desenvolvimento querem resolver seus problemas por meio do diálogo e que a cooperação sul-sul, nesse sentido, tem o intuito de colaborar com a determinação brasileira no âmbito da política externa de prezar pelo multilateralismo e o respeito ao direito internacional.

Na Índia, o BRICS também detém uma relevância estratégica na política externa. O Primeiro-Ministro Indiano, Narendra Modi, enfatizou que a Índia “atribui grande importância ao BRICS”, sendo o agrupamento um fórum para promoção do crescimento global, paz e estabilidade. Em documento oficial<sup>23</sup> emitido antes de sua viagem para a Cúpula de Fortaleza, o Primeiro-Ministro afirmou:

Eu vejo a Cúpula BRICS como uma oportunidade para discutir com os meus parceiros do BRICS como podemos contribuir para os esforços internacionais para enfrentar crises regionais e restaurar um clima de paz e estabilidade no mundo. Eu também estou ansioso para nossas discussões para avançar ainda mais na cooperação econômica intra-BRICS em nossos esforços coletivos para avançar estabilidade econômica global e da prosperidade. Em particular, estou ansioso para a conclusão bem sucedida de nossas principais iniciativas, o Novo Banco de Desenvolvimento de Novos e o Acordo de Reserva de Contingência, que têm visto progressos significativos desde o seu lançamento, em Nova Delhi, em 2012. Estas iniciativas vão apoiar o crescimento e a estabilidade no BRICS e também beneficiar outros países em desenvolvimento<sup>24</sup>. (Modi, 2014). Tradução nossa.

---

<sup>23</sup> Ver documento completo em <[http://in.rbth.com/world/2014/07/14/india\\_attaches\\_great\\_importance\\_to\\_brics\\_36657.html](http://in.rbth.com/world/2014/07/14/india_attaches_great_importance_to_brics_36657.html)> acesso em 20 julho 2014.

<sup>24</sup> Do original: *I look at the BRICS Summit as an opportunity to discuss with my BRICS partners how we can contribute to international efforts to address regional crises, address security threats and restore a climate of peace and stability in the world. I also look forward to our discussions to further advance intra-BRICS economic cooperation and our collective efforts to advance global economic stability and prosperity. In particular, I look forward to the successful conclusion of major BRICS initiatives, like the New Development Bank and the Contingent Reserve Arrangement, which have seen significant progress since their launch in New Delhi in 2012. These initiatives will support growth and stability in BRICS and also benefit other developing countries.*

Para o Brasil, o BRICS é também um agrupamento de grande relevância para a Política Externa. Os esforços do país de inserção internacional passam pela priorização do multilateralismo e do respeito ao direito internacional. O Brasil externa no BRICS tais proposições e trabalha com os demais membros na tentativa de redefinir a ordem internacional vigente. No Brasil, no campo acadêmico, há algumas iniciativas de pesquisa sobre o BRICS. No Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq) já se encontram 14 grupos<sup>25</sup> que lidam diretamente ou indiretamente com a temática. Além de disso, há um Centro de Estudos sobre o BRICS na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), chamado *BRICS Policy Center*<sup>26</sup>, que abarca vários pesquisadores nacionais e internacionais e promove atividades sobre países emergentes e cooperação Sul-Sul.

A África do Sul foi incluída no BRICs em 2010, sendo alvo de várias críticas internacionais, pois, em um primeiro momento, considerava-se que o formato dessa nova coalizão de mercados emergentes seria legítima somente a partir da pujança econômica de seus membros. Essa iniciativa serviu para alertar de que o fator “político” do agrupamento é extremamente relevante.

O periódico britânico *The Economist*<sup>27</sup> questionou a aceitação da África do Sul no agrupamento, considerando que a entrada do país ao grupo foi facilitada somente porque não haveria “mudança no acrônimo” e que a não presença de um país do continente Africano era “um pouco vergonhosa”. A reportagem considera que a Nigéria seria uma potencial candidata e finaliza que para fazer frente às economias desenvolvidas, os países do BRICS deveriam se preocupar no desenvolvimento econômico dos membros.

Percebe-se, dessa forma, que os membros do agrupamento possuem perceptivas distintas, tanto internamente quanto externamente. Ainda assim, apesar das dessemelhanças existe um forte desejo de cooperar e expandir a agenda de política externa do BRICS para outros níveis.

## **2.1 BRICS e G7: Um modelo, duas estratégias**

---

<sup>25</sup> Ver <<http://dgp.cnpq.br/>>. Acesso em 23 de ago 2014.

<sup>26</sup> Mais informações, acesse: <[bricspolicycenter.org.br](http://bricspolicycenter.org.br/)>.

<sup>27</sup> Ver reportagem: <<http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2013/03/economist-explains-why-south-africa-brics>>

Nos últimos anos, o BRICS desenvolveu um modelo de organização bastante similar ao do G7. Procedimentos a exemplo de reuniões de Ministros das Finanças às vésperas de encontros multilaterais, Cúpula anual de Chefes de Estado e Declarações Conjuntas, são parte do expediente do G7 e do BRICS. Os dois agrupamentos são informais, não possuem carta régia ou secretariado. Contudo, apesar da não formalidade institucional, eles têm desempenhado funções coordenadas, principalmente no campo geoeconômico.

G7 e BRICS possuem motivações e estratégias de inserção internacional distintas. O primeiro, reformulado – com a saída da Rússia - e formado atualmente sob o lema “maiores democracias industrializadas”<sup>28</sup>, busca manter-se como principal vetor da economia e da política mundial. Todavia, no campo econômico, percebe-se que a maioria de seus membros tem passado por uma estagnação e/ou recessão<sup>29</sup>. Assim, o mantimento do *status quo* dos membros do G7, economicamente, parece inviável. O segundo, por sua vez, busca a alteração do *status quo* dos países mais desenvolvidos na condução da economia e da política internacional. A partir dessa perspectiva, podemos considerar o *leitmotiv* do BRICS como reforma, multilateralismo e inclusão, pois no discurso oficial<sup>30</sup> do agrupamento, tais considerações são constantemente citadas.

Afirmações dessa dimensão nos levam a questionar: estariam BRICS e G7 caminhando para se tornarem agrupamentos antagônicos? É possível que o desenvolvimento do BRICS eleve a uma polarização do Sistema Internacional? Ora, não se pode negar que o BRICS é o único agrupamento com peso econômico e político a questionar a “ordem internacional” vigente e a comprometer-se com a reforma das instituições de governança global.

A última década foi crucial para que os países do BRICS se consolidassem como potências econômicas de relevância. Foi nela que os emergentes, apesar das dificuldades de empoderamento em outros campos, teria a ascensão política necessária para sustentar seus posicionamentos.

Certamente, o crescimento econômico dos emergentes por si só não levaria a uma polarização ideológica e/ou política. Numa situação hipotética, esses países

---

<sup>28</sup> Definição encontrada no periódico Council of Foreign Relations. Ver: < <http://www.cfr.org/international-organizations-and-alliances/group-seven-g7/p32957>>, 15 ago 2014.

<sup>29</sup> Faremos uma discussão mais aprofundada sobre o diagnóstico econômico dos países do G7 e do BRICS no decorrer do trabalho.

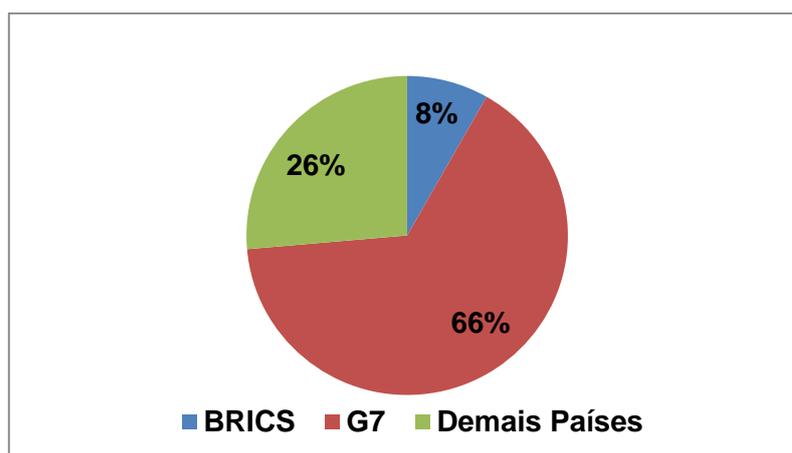
<sup>30</sup> Analisaremos o discurso político-diplomático do BRICS no Capítulo 2.

poderiam ter crescido economicamente, mas terem permanecido submetidos ao *status quo* prévio. Na configuração atual, percebe-se o BRICS como o único agrupamento de relevância político-econômica que tem condições de influenciar a agenda internacional a favor de seus países e aos demais emergentes.

Sendo ou não antagônicos e polarizados, os dois agrupamentos são os mais relevantes economicamente nessa década. Alguns relatórios de analistas especializados já fazem menção ao BRICS e ao G7 como duas forças econômicas com objetivos distintos, e, em suas projeções em longo prazo vêem a ascensão e a queda dos Estados nessa área<sup>31</sup>.

Nesse sentido, apresentamos a análise do desempenho econômico-financeiro dos dois agrupamentos - BRICS e G7<sup>32</sup> -, também por meio de um estudo quantitativo, sistemático e metodológico<sup>33</sup>, pois, como assevera Pikkety (2014) um debate deve ser conduzido por meio da apresentação de dados, não só a partir de uma discussão sócio-política, por vezes baseada em percepções enviesadas. Tal análise se faz necessária, pois é a base do discurso das economias emergentes, em especial do BRICS, para a adequação da ordem internacional econômica à realidade atual.

**Gráfico 2 - BRICS, G7 e Demais Países – Participação no PIB Mundial no ano 2000**

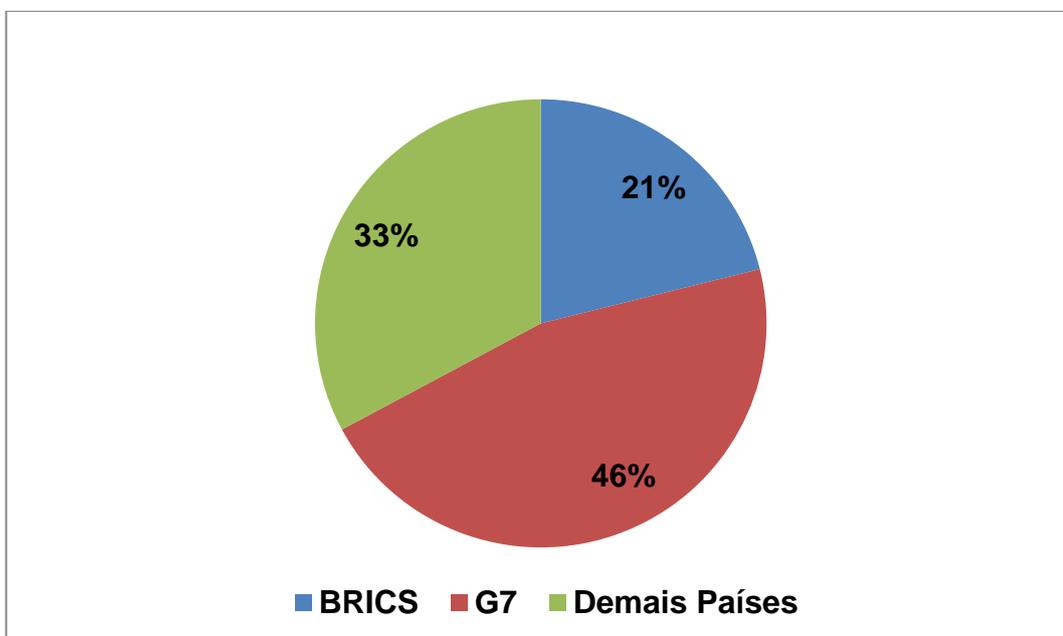


<sup>31</sup> Ver relatório do PwC: The BRICs and beyond: prospects, challenges and opportunities. <[http://www.pwc.com/en\\_GX/gx/world-2050/assets/pwc-world-in-2050-report-january-2013.pdf](http://www.pwc.com/en_GX/gx/world-2050/assets/pwc-world-in-2050-report-january-2013.pdf)> Acesso em 12 ago 2014.

<sup>32</sup> Nossa análise foi conduzida por meios dos dados fornecidos pelo Banco Mundial e FMI em suas plataformas online e relatórios periódicos de 2013-2014. Nas duas instituições, não há menção ao BRICS enquanto agrupamento. Em alguns relatórios o G7 aparece em destaque aos demais países desenvolvidos.

Fonte: Sítio eletrônico do Banco Mundial.  
Compilação e sistematização dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014.

**Gráfico 3 - BRICS, G7 e Demais Países – Participação no PIB Mundial no ano 2013**

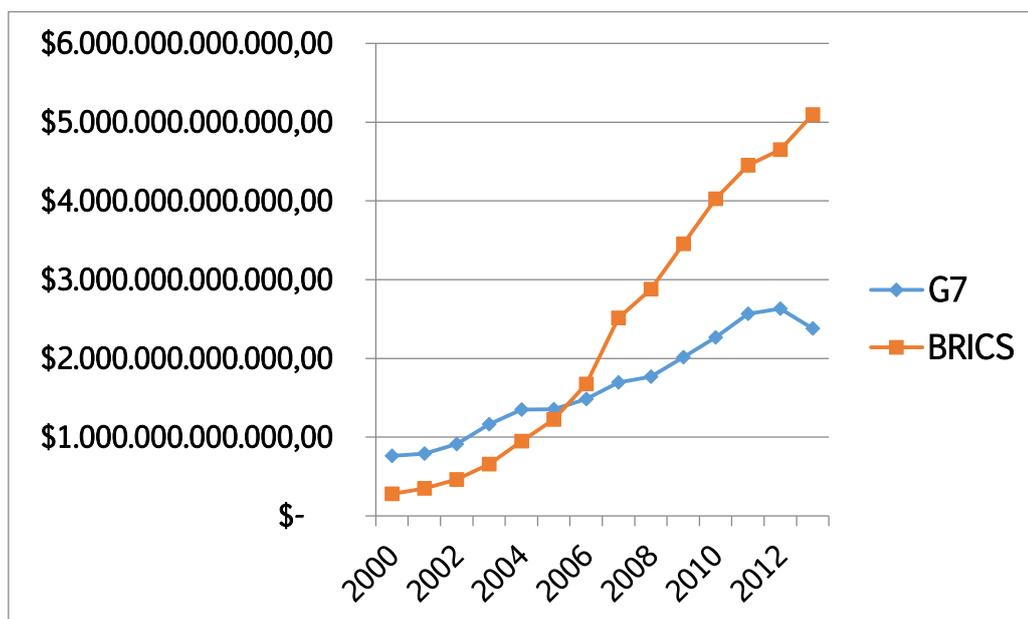


Fonte: Sítio eletrônico Banco Mundial.  
Compilação e sistematização dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014

Como pode ser visto nos Gráficos 02 e 03, entre os anos de 2000 e 2012, os países do BRICS tiveram um aumento de 13% na participação do PIB mundial. Os países do G7, por sua vez, tiveram uma queda de 20% nesse aspecto. Esse dado é importante, pois reflete também na projeção política dos Estados membros, por exemplo, no contexto de tomada de medidas para a superação da crise econômica de 2008 as negociações foram realizadas no âmbito da *Troika*<sup>34</sup>. O que teria o G7 a dizer, se o modelo de desenvolvimento de seus países apresentou graves problemas de sustentação?

<sup>34</sup>*Troika* é uma expressão utilizada para 03 elementos. No contexto desse trabalho, a expressão faz menção a iniciativa tomada em resposta a crise econômica de 2008, criada a partir da cooperação entre a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ver: < <http://politicaportugal.com/mas-afinal-o-que-e-a-troika/> > 10 ago 2014.

**Gráfico 4 - Reservas em Dólar (US\$) - G7 e BRICS (2000 a 2013)**

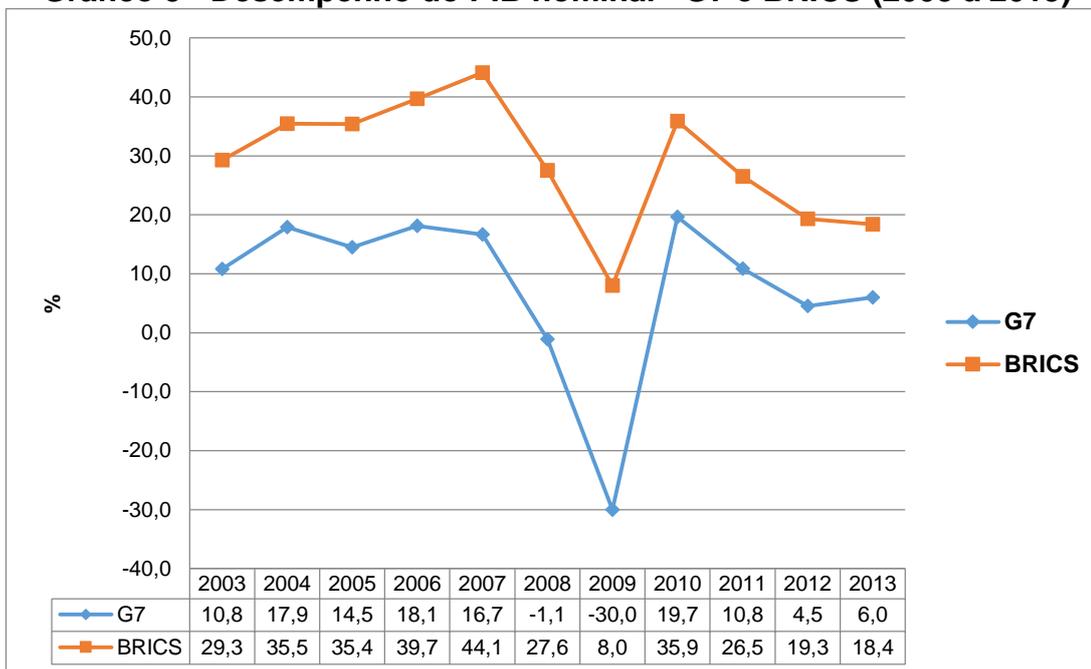


Fonte: Sítio eletrônico Banco Mundial.  
 Compilação e sistematização dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014

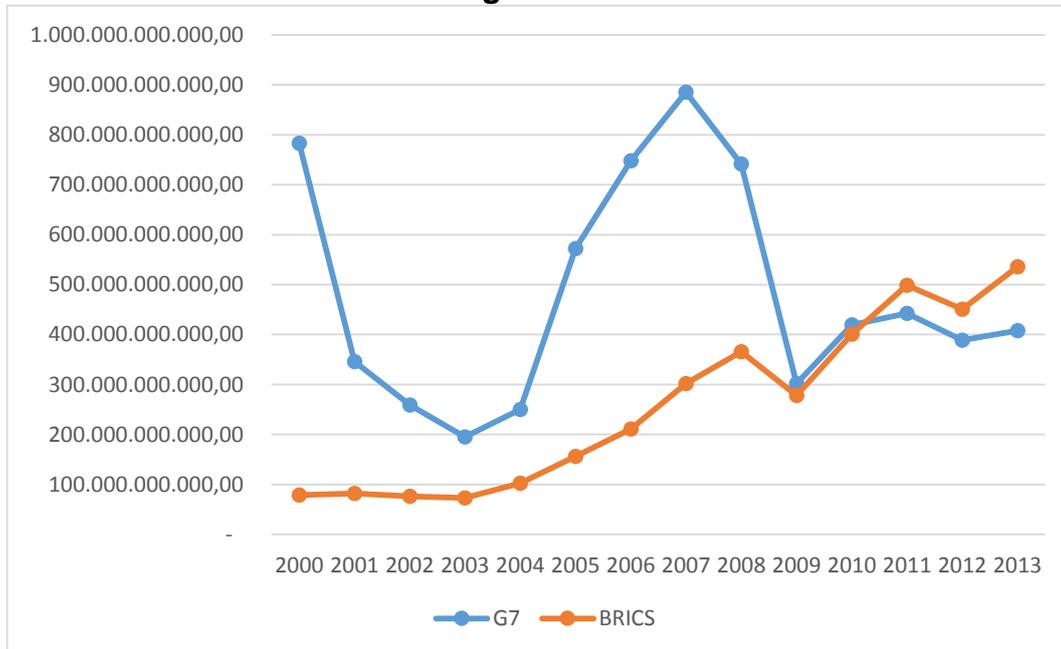
O comércio internacional e o acúmulo de riquezas foi também favorável aos países do BRICS, especialmente para a China. Como observado no gráfico 4, as reservas internacionais dos países do agrupamento desde 2006 não só superaram a dos países do G7, como estão em pleno crescimento. A explicação para esse fator de crescimento está ligada à posição da China como importante parceira comercial na compra de *commodities* no comércio Intra-BRICS, além da compra constante de títulos do tesouro de outros países<sup>35</sup>.

Os Gráficos 5 e 6 (abaixo) apresentam o efeito da crise de 2008 nas economias do BRICS e do G7. No que tange ao crescimento econômico, os dois agrupamentos tiveram uma queda brusca, porém, para o G7 essa queda se refletiu com mais força na captação do Investimento Financeiro Direto, sendo superado pelo BRICS e perdendo ainda mais espaço na economia internacional.

<sup>35</sup> Sobre a estratégia do Brasil nesse aspecto, ver: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-quarto-maior-investidor-em-titulos-americanos-tem-309-mais-que-ha-um-ano-2713698>>; Sobre a China, ver: <<http://online.wsj.com/articles/china-plays-a-big-role-as-u-s-treasury-yields-fall-1405545034>> Sobre uma estratégia do BRICS na compra de títulos dos países europeus em crise, ver: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/501012-por-que-as-dividas-dos-paises-europeus-interessam-aos-brics>>, acesso em 10 out 2014.

**Gráfico 5 - Desempenho do PIB nominal - G7 e BRICS (2003 a 2013)**

Fonte: Sítio eletrônico Banco Mundial.  
 Compilação e sistematização dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014.

**Gráfico 6 - Investimento Estrangeiro Direto: BRICS e G7 – 2000 a 2013**

Fonte: Sítio eletrônico Banco Mundial.  
 Compilação e sistematização dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014.

## 2.2 Mudanças de eixo: BRICS, três pilares, duas asas

Os países que compõem o BRICS possuem várias dessemelhanças no que concerne à história, cultura, nível de desenvolvimento econômico, estratégias de política externa e, claro, influência nas suas regiões geopolíticas. Tais observações conferem ao agrupamento um caráter *sui generis* quando comparado a outros agrupamentos políticos-diplomáticos existentes, a exemplo do G7.

Contudo, por serem países em desenvolvimento, a agenda dos mesmos pode demonstrar fragilidade, quando é evidenciado que há concorrência pelos mesmos mercados, divergências no âmbito do comércio internacional e até a resistência para a inserção de novos atores na arena internacional, como acontece na longa espera pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ainda assim, há pontos de similaridades. Percebe-se a defesa pela maior participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global, o apreço pelo multilateralismo e um viés contra hegemônico, combatendo o intervencionismo e reafirmando a importância da soberania dos países para a manutenção da paz e segurança global.

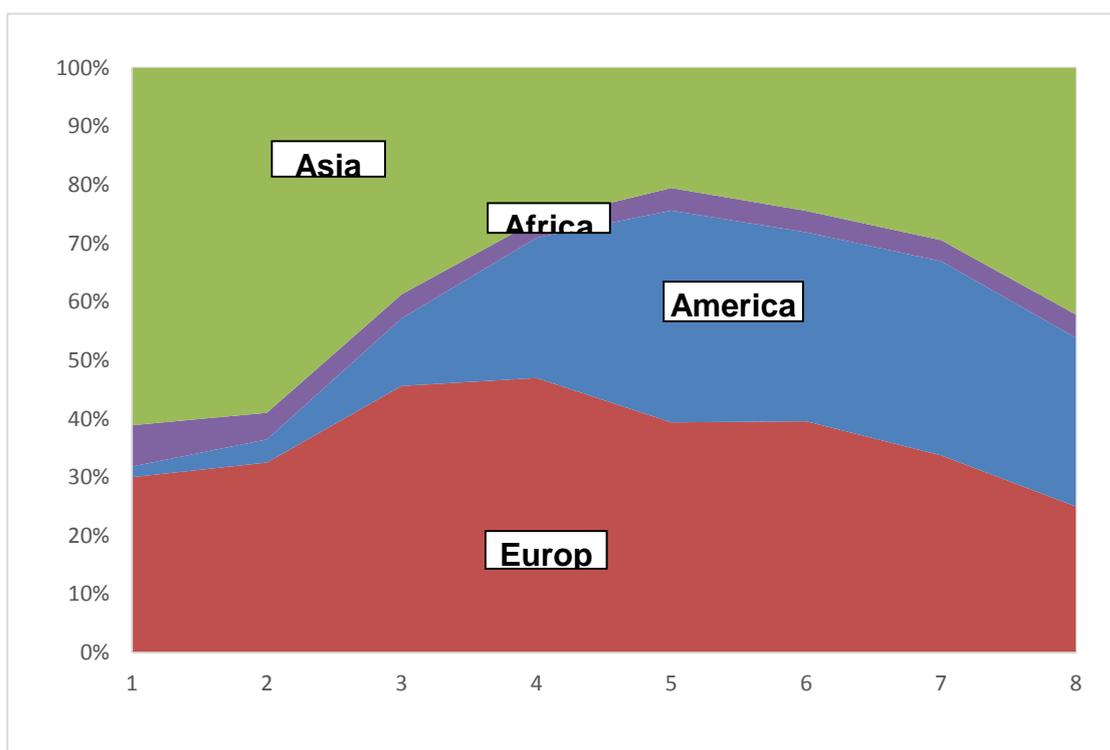
Os BRICS, apesar das dificuldades relacionadas ao desenvolvimento de suas sociedades, possuem relevância em suas regiões geopolíticas como também no cenário internacional. Dentre os membros, há os que possuem armamento nuclear (China, Rússia e Índia); os que possuem uma vasta diversidade ambiental, como é o caso do Brasil, e os que detêm um diálogo e influência em regiões estratégicas para o desenvolvimento mundial, a exemplo da África do Sul.

Tais elementos, de acordo com Hao Qian (2014) conferem ao BRICS um formato de “três pilares e duas asas”, sendo a Rússia, Índia e China os pilares que dão ao agrupamento força geopolítica para a proposição de reformas estruturais no Sistema Internacional - considerando a grandeza de suas populações e forças políticas transformadoras *sine qua non* para sustentação do posicionamento do agrupamento -, e Brasil e África do Sul como as duas asas que fornecem forças motrizes transformadores em regiões do globo que necessitam de políticas de empoderamento e estabilização, historicamente aliadas de processos de tomada de decisões em temas mais sensíveis como segurança e paz.

Esse conceito de “três pilares e duas asas”, apresentado pela autora, beneficia o BRICS em uma prospectiva reconfiguração do Sistema Internacional, já que nas últimas décadas o formato norte-sul; centro-periferia; desenvolvidos e em desenvolvimento tem dado lugar, ou melhor, tem perdido forças pela crescente influência da Ásia nos rumos da política e da economia mundial, em desfavor principalmente da perda de influência dos países europeus, que por décadas estiveram na coordenação da política mundial, alinhados principalmente aos Estados Unidos.

A figura 01 a seguir, da pesquisa realizada pelo Thomas Piketty (2014), evidencia o contínuo crescimento da Ásia na participação no PIB Mundial entre 1700-2012. Destaca-se a perda crescente de influência da Europa nesse aspecto, perdendo 22% de participação no PIB Mundial entre 1913 e 2012.

**Gráfico 7 - Distribuição da Produção Mundial (PIB) entre 1700 e 2012**



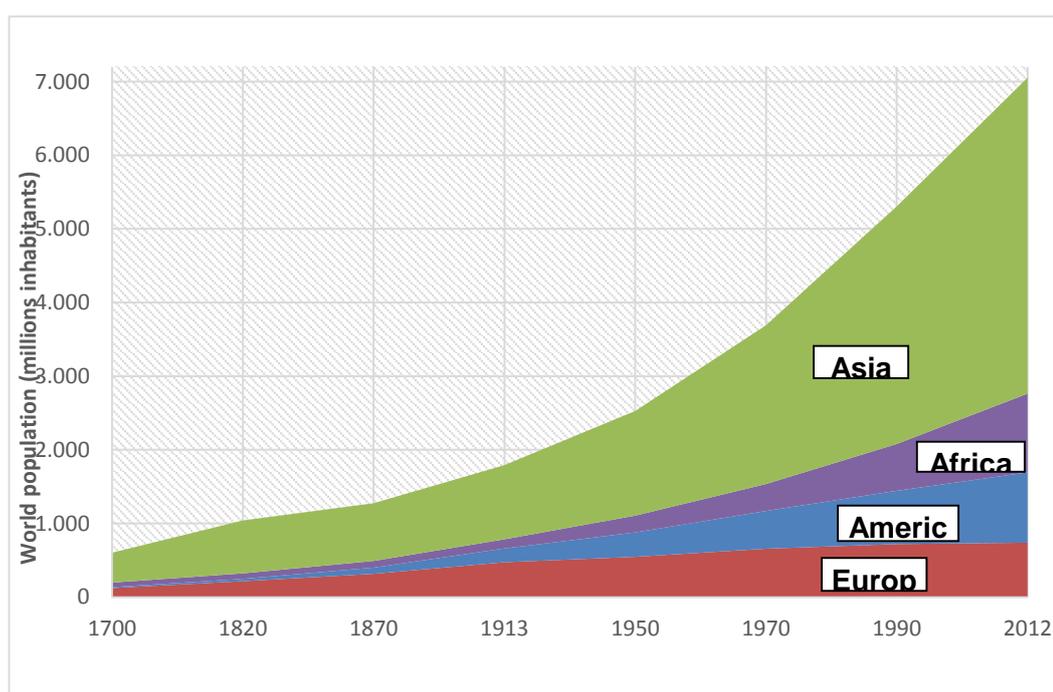
**Fonte:** piketty.pse.ens.fr/capital21c. (2014).

De fato, a importância de suas regiões economicamente e geopoliticamente – principalmente a região asiática - no desenvolvimento mundial nas últimas décadas não pode ser desconsiderada. O BRICS, sendo parte desse processo, pode ser um

vetor de transformações a médio e longo prazo, possibilitando uma mudança de paradigma de como percebemos o mundo.

Essa mudança de paradigma tende a fazer-nos enxergar o mundo sob outras óticas, considerando atores antes desconsiderados, desconstruindo ideias socialmente construídas ao longo dos anos sobre quais áreas são realmente relevantes para o desenvolvimento global. À vista disso, observemos a figura 2, a seguir.

**Gráfico 8 - Crescimento da população mundial entre 1700 e 2012**



**Fonte:** [piketty.pse.ens.fr/capital21c](http://piketty.pse.ens.fr/capital21c). (2014).

É nesse sentido que se observa, a partir dos BRICS, a factível possibilidade de alteração da ordem internacional estabelecida no pós-guerra fria, estando os emergentes de hoje em uma posição mais confortável quanto ao desenvolvimento futuro de seus países em um formato que preze por um modelo mais representativo do que é o cenário internacional, principalmente a partir de um novo eixo de influência advindo de novos atores no Sistema Internacional.

### 3 O DISCURSO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO DO BRICS: ENGAJAMENTO E MULTILATERALISMO

Os BRICS têm um objetivo claro, no contexto dessas coalizões de geometria variável. Sem arroubos nem bravatas, chegou a hora de começar a reorganizar o mundo na direção que a esmagadora maioria da humanidade espera e precisa. (CELSO AMORIM, BRICs e a Reorganização do Mundo)<sup>36</sup>

Desde a formalização da coalizão em 2009, o BRICS realiza cúpulas anuais de Chefes de Líderes dos Estados membros, reuniões paralelas de Altos Representantes, e.g. Ministros de Estado, Presidentes de seus respectivos Bancos Centrais, entre outros cargos de áreas estratégicas, além de incentivar uma maior aproximação de grupos da sociedade civil<sup>37</sup>.

Os encontros de líderes resultam na produção de uma Declaração Conjunta sobre suas crenças, ações e propostas para o Sistema Internacional. As declarações têm como objetivo principal apresentar o consenso dos partícipes sobre temas como: geoeconomia, geopolítica, segurança internacional etc.

Observemos na tabela a seguir o quantitativo de propostas do BRICS na declaração de líderes a cada ano, desde a primeira reunião em 2009.

**Tabela 1 - Declarações de Chefes de Estado dos BRICS - 2009 a 2014**

Ano	Título	Cidade/País	Pontos apresentados
2009	Declaração conjunta dos BRICS	Ecaterimburgo/Rússia	16 pontos
2010	Declaração conjunta dos BRICS	Brasília/Brasil	33 pontos
2011	Declaração de Sanya	Sanya/China	32 pontos
2012	Declaração de Delhi	Nova Délhi/Índia	50 pontos
2013	Declaração de e-Thekwini	Durban/África do Sul	47 pontos
2014	Declaração de Fortaleza	Fortaleza/Brasil	72 pontos

Fonte: Sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE).

Compilação dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014.

Do ponto de vista simbólico, as declarações de líderes tomaram “personalidade” a cada cúpula. A partir de 2011, a declaração passou a ser

<sup>36</sup> Celso Amorim, “Os BRICS e a reorganização do mundo,” Folha de S. Paulo, 8 de junho 2008, [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br).

<sup>37</sup> Além das reuniões de altos representantes, os países do agrupamento BRICS estimulam também a realização de fóruns acadêmicos, reuniões de representantes da sociedade civil, entre outros setores. Desde a segunda cúpula, planos de ação foram implementados reforçar a compreensão mútua dos membros sobre os membros. Exemplo: Programa de Intercâmbio de magistrados e juizes dos países BRIC, realizada em março de 2010, no Brasil, após a assinatura, em 2009, do Protocolo de Intenções entre as Supremas Cortes dos países do BRICS; Encontro dos Bancos de Desenvolvimento; Reunião dos Chefes de Instituições Estatísticas Nacionais; Conferência das Autoridades de Concorrência; Encontro das Cooperativas; Fórum Empresarial dos BRICS e Conferência de *think tanks*.

nomeada considerando a cidade em que a cúpula acontece – procedimento comum em reuniões de Chefes de Estado em outros fóruns, e.g. G7, G-20 e demais encontros internacionais. Pode parecer uma atitude despretensiosa, porém esse tipo mudança demonstra uma maior organização interna e chama atenção da comunidade internacional para o que está sendo produzido no âmbito do agrupamento.

Na perspectiva quantitativa o progresso é notório, de 16 pontos em 2009 para 72 pontos em 2014. A cada cúpula, o agrupamento fortalece o diálogo entre os membros e explicita para a comunidade internacional os pontos em possuem consenso em áreas como: política, economia, finanças, meio ambiente, segurança internacional e sobre assuntos específicos, a exemplo do Haiti, Líbia, Síria, Irã, conflito israelo-palestino, entre outros.

Além disso, os membros instituíram, a partir de 2010, a organização de Planos de Ação, apresentando as atividades Intra-BRICS. O Plano de Ação apresenta as reuniões de setores-chave de seus governos com o intuito de programar ações coordenadas, como também de setores da sociedade civil, no ímpeto de entender melhor suas similaridades e potenciais. À vista disso, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Publicação conjunta anual dos Institutos Estatísticos dos BRICS contendo dados atualizados sobre população, economia, finanças, distribuição de renda, entre outros indicies.
- Encontros de Ministros de Relações Exteriores à margem da Assembléia Geral das Nações Unidas.
- Encontros de Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais à margem das reuniões do G20/outras reuniões multilaterais (FMI/BIRD).
- Encontros de autoridades financeiras e fiscais à margem de eventos multilaterais ou, quando requeridos, encontros específicos.
- Encontros de Ministros de Comércio à margem de eventos multilaterais, ou, quando requeridos, encontros específicos.
- Consultas entre as Missões Permanentes dos países do BRICS em Nova York, Viena e Genebra, quando requeridas.

- Encontros de consultas entre Altos Funcionários do BRICS à margem dos foros internacionais relevantes relacionados a meio ambiente e mudança do clima, quando requeridos.

Na análise do conteúdo das declarações, observa-se o discurso do agrupamento a partir de dois vieses principais: a) comprometimento com o multilateralismo, e, b) busca por reformas no Sistema Internacional por meio de maior participação em Instituições de Governança Global e a criação de novas organizações internacionais.

Dessa maneira, destaca-se que a iniciativa teve a preocupação em criar novas frentes de trabalho a cada cúpula. Apesar disso, o fortalecimento de algumas anteriormente criadas deixou a desejar, a exemplo das propostas na área agrícola.

### **3.1 Engajamentos: Sistema ONU, G-20 financeiro e OMC**

Em todos os discursos anuais do BRICS, desde 2009, é perceptível a ênfase no papel central da ONU, do G-20 financeiro e da OMC, como plataformas preferenciais para solucionar questões relacionadas à segurança e paz, desenvolvimento mundial, finanças e comércio internacional.

Na perspectiva do agrupamento, essas organizações devem estar à frente da tomada de decisões a nível internacional, configurando-se como espaços de discussão, decisão e implementação de ações coordenadas essenciais para um sistema multilateral que seja inclusivo, transparente, não discriminatório e baseado em regras<sup>38</sup>.

A agenda do BRICS tem nas organizações multilaterais as principais aliadas para o desenvolvimento de um Sistema Internacional mais inclusivo e proativo. A estratégia de inserção internacional, por meio de tais organizações, é um ponto comum na diplomacia dos membros, característica essa defendida também por meio dos discursos e ações do agrupamento desde formalização da iniciativa.

Além disso - reforçando o argumento do multilateralismo -, os cinco países do BRICS têm uma participação ativa na participação e ratificação de tratados internacionais. Em relação aos Tratados Multilaterais depositados junto ao

---

<sup>38</sup> Ver VI Cúpula BRICS: Declaração de Fortaleza (2014). <[www.itamaraty.gov.br/notas](http://www.itamaraty.gov.br/notas)>

Secretário-Geral das Nações Unidas (TMDSC)<sup>39</sup>, os BRICS possuem a seguinte contagem:

**Tabela 2 - Participação e Ratificação dos países do BRICS em Tratados Multilaterais depositados junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas**

PAIS	Nº DE PARTICIPAÇÕES	Nº DE RATIFICAÇÕES
Brasil	342	92
Rússia	490	59
Índia	319	73
China	352	39
África do Sul	259	48

Fonte: Sítio eletrônico das Nações Unidas (ONU).  
Compilação dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014.

### 3.2.1 O BRICS na Organização das Nações Unidas

Sob a perspectiva do BRICS, é conferida à ONU a legitimidade para executar ações coordenadas para o desenvolvimento dos países mais pobres e o estabelecimento da paz e estabilidade mundial. À vista deste tema, observemos na Declaração de Chefes de Estado em 03 cúpulas, 2009, 2013 e 2014, o trecho relacionado à ONU:

Expressamos nosso sério compromisso com a diplomacia multilateral, na qual as Nações Unidas desempenham o papel central no tratamento dos desafios e ameaças globais. Neste sentido, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficiente, de modo que ela possa lidar com os desafios globais de maneira mais eficaz. (BRIC, DECLARAÇÃO CONJUNTA, §14, 2009).

Ressaltamos nosso compromisso de trabalhar juntos nas Nações Unidas para continuar a nossa cooperação e para reforçar abordagens multilaterais nas relações internacionais com base no direito internacional e ancoradas na Carta das Nações Unidas. (BRICS, DECLARAÇÃO DE E-THEKWINI, §21, 2013)

Reiteramos nosso firme compromisso com as Nações Unidas como a organização multilateral fundamental, incumbida de ajudar a comunidade internacional a preservar a paz e a segurança internacionais, a proteger e promover os direitos humanos e a fomentar o desenvolvimento sustentável. As Nações Unidas desfrutam de composição universal e estão no centro da

<sup>39</sup> Esta base de dados fornece informações sobre o estado de mais de 500 principais instrumentos multilaterais depositados junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (incluindo os textos das reservas, declarações e acusações) e abrange uma série de assuntos, tais como direitos humanos, desarmamento, Mercadorias, refugiados, do Ambiente e do Direito do Mar. O número de tratados depositados junto do Secretário-Geral continua a crescer de forma constante. Esta base de dados reflete o status desses instrumentos, como os Estados-Membros assinar, ratificar, aderir ou apresentar as declarações, reservas ou objeções. Descrição encontrada na página da ONU. Tradução nossa. Ver: < <https://treaties.un.org/> >

governança e do multilateralismo globais. (BRICS, DECLARAÇÃO DE FORTALEZA, §25, 2014).

Dentro da ONU, mesmo antes da formação do agrupamento, percebe-se que os países do BRICS mantiveram um constante discurso a favor da utilização da organização como interlocutora na resolução das principais divergências no campo de segurança e paz, meio ambiente e desenvolvimento social.

Logicamente, os países reafirmaram tais valores no posicionamento do agrupamento, principalmente no que se refere à priorização do multilateralismo, o respeito ao direito internacional e a inclusão dos países mais pobres na pauta de desenvolvimento mundial.

Ainda no Sistema ONU, os BRICS conferem significativa importância ao Conselho de Segurança nas Nações Unidas. A Rússia e China expressam, por meio do agrupamento, a necessidade de reforma do Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo, eficiente e eficaz, de modo que possa responder adequadamente a desafios globais. Entretanto, apesar de reiterar a importância ao papel de Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais e apoiarem a aspiração desses países de desempenharem um papel maior nas Nações Unidas, China e Rússia ainda permanecem relutantes para alguma reforma concreta.

Brahma Chellaney<sup>40</sup> (2014) considera que, mesmo com discurso de reforma das instituições internacionais, nem todos os BRICS estão na “mesma página”. O autor pondera que a China, por exemplo, exerce um *status quo* com o respeito da ONU, ainda sim permanece relutante na expansão do organismo.

De fato, é comum ao discurso do Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul - e, por conseguinte do BRICS -, o compromisso com o multilateralismo. O agrupamento iniciou-se a partir da concepção comum, principiologicamente, das potências emergentes sobre a necessidade de uma coalizão que pudesse ser expressiva e representativa, que refletisse com mais realidade a estrutura econômico-financeira do Sistema Internacional.

### **3.2.2 O BRICS no G-20 financeiro**

---

<sup>40</sup> Brahma Chellaney é Professor de Estudos Estratégicos no Centro para Estudos Políticos de Nova Délhi, na Índia.

Ficou claro que a partir da cooperação no G-20 financeiro<sup>41</sup>, no contexto da crise econômica de 2008, que os países desenvolvidos não poderiam sozinhos, ao impor medidas verticais, lidar com as consequências do colapso monetário e garantir o retorno do crescimento da economia internacional. Logo, em um primeiro momento, o G-20 financeiro foi utilizado como plataforma preferencial e nele o peso dos emergentes – principalmente dos BRICS – já era àquela época bastante significativa.

Há dez anos, os países que hoje compõem o G-20 participavam de maneira bastante distinta na economia mundial<sup>42</sup>. A participação de cada um no montante do crescimento mundial variou consideravelmente, logicamente, graças ao desempenho de suas economias. Tais dados podem ser encontrados em relatórios de analistas especializados e em publicações periódicas do Banco Mundial<sup>43</sup> e do FMI<sup>44</sup>. Todavia, a depender da metodologia utilizada, podemos chegar a diferentes conclusões sobre os dados econômicos desse seleto grupo de países<sup>45</sup>.

---

<sup>41</sup> Utilizamos o termo G-20 financeiro devido a definição oficial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil. Sobre o G20: O fórum foi estabelecido em 1999, em consequência das seguidas crises de balanço de pagamento das economias emergentes durante a segunda metade da década de 1990. O objetivo era reunir países desenvolvidos e os países em desenvolvimento sistemicamente mais importantes, para cooperação em temas econômicos e financeiros. O grupo adquiriu maior relevo após a crise financeira internacional iniciada em 2008. A crise teve como origem o baixo nível de regulação e supervisão dos mercados financeiros praticado nos países desenvolvidos e, por canais de transmissão como o comércio internacional, as transferências unilaterais ou investimento direto externo, repercutiu em todo o mundo. O esgotamento do modelo de gestão macroeconômica defendido pelas economias desenvolvidas, a composição do grupo, unindo países desenvolvidos e países em desenvolvimento, a maior resiliência das economias emergentes à crise e a eficácia de suas medidas anticrise, contribuíram para que o G-20 fosse designado como o principal foro para a cooperação econômica internacional, conforme estabelecido na Declaração de Pittsburgh. **(O G-20 financeiro, MRE)** Ver <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro>>

<sup>42</sup> Discutimos e apresentamos os dados sobre o participação dos países do G-20 na economia mundial nos últimos dez anos no (...)

<sup>43</sup> Ver publicações do Banco Mundial: *Global Economic Prospects*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>>

<sup>44</sup> Ver publicações do Fundo Monetário Internacional: *World Economic Outlook*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/>>

<sup>45</sup> Na introdução do Livro “O Capital no Século XXI”, Tomas Piketty (2014) apresenta um debate importante sobre os “dados”. O autor discute sobre a utilização dos dados no meio científico-acadêmico para afirmar determinadas posições. A análise realizada é sobre o tema da desigualdade/distribuição de riqueza no mundo. Todavia podemos utilizar da mesma concepção para investigar outros índices. Em relação a essa questão, Piketty (2014), pondera: “O debate intelectual e político sobre a distribuição da riqueza tem sido baseado em uma abundância de preconceito e uma escassez de fato”. Ver Introdução ao Capital no Século XXI. Harvard University Press. <<http://www.hup.harvard.edu/>>.

Alguns analistas<sup>46</sup> consideram que nos últimos dez anos, principalmente após a crise de 2008, o paradigma neoliberal se enfraqueceu e que nesse contexto o discurso continuamente normatizado pelas potências industrializadas perdeu força, pois a interdependência do sistema ligada à falha de controle e regulação levou as suas economias a sacrificarem boa parte dos ganhos obtidos com o capital financeiro.

Esse contexto de crise deixou um vácuo para a entrada dos BRICS na arena internacional. Seus países, em um primeiro momento, não foram afetados diretamente pelo colapso financeiro-bancário acontecido. Suas economias continuavam a crescer, estavam fortalecidas com as reservas internacionais acumuladas durante os anos anteriores. O sistema bancário apresentava saúde e liquidez.

Oliver Stuenkel (2013) considera que a oportunidade de cooperação no âmbito do G20 em 2009 foi aproveitada a favor dos BRICS. O autor afirma “os BRICS não só discutiram maneiras de proteção contra a crise, mas também usaram a situação para adaptar as estruturas a seu favor”. Stuenkel enfatiza:

Dentro de quatro meses, os Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais dos BRICS se encontraram quatro vezes. O resultado foi palpável: antecedente ao encontro do G-20 em Londres em Abril de 2009, os países do BRICs foram capazes de agir como formadores de agenda e influenciar consideravelmente a declaração final do G-20, tudo isso, fazendo uso do agrupamento BRIC, um veículo que tinha, em sua dimensão política, praticamente nenhuma existência antes da crise. (STUENKEL, 2013, pág 612, tradução nossa)<sup>47</sup>

Criou-se então situação ideal para o desenvolvimento da iniciativa: o ocidente cedeu à pressão da comunidade internacional e levou ao G-20 financeiro a responsabilidade por discutir ações coordenadas para a recuperação da economia global<sup>48</sup>. Todavia, em médio prazo o G-20 não conseguiu o que era esperado. Apesar do estímulo estadunidense e europeu na recuperação de suas instituições

---

<sup>46</sup> Ver artigo: Where is BRICS heading for? (2014), Hao Qian (PhD Professor) Shanghai International Studies University Shanghai, China. Disponível em: <[www.brics21.com.br](http://www.brics21.com.br)>. Ver artigo: The Financial Crisis, Contested Legitimacy, and the Genesis of Intra-BRICS Cooperation (2013), Oliver Stuenkel. Professor Pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

<sup>47</sup> Do original: “*Within the following four months, BRIC finance ministers and central bankers met four times—in contrast to their weak ties prior to the crisis. The results were palpable: prior to the Group of 20 (G-20) summit in London in April 2009, the BRIC countries were able to act as agenda setters and considerably influence the final G-20 declaration all by making use of the BRIC grouping, a vehicle that had, in its political dimension, barely existed before the crisis*”. Oliver Stuenkel (2013)

<sup>48</sup> Ver declaração de Pittsburgh (2009): < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro/g-20-declaracao-de-pittsburgh>>

bancárias, os mesmos continuavam a programar políticas unilaterais a exemplo de políticas internas de austeridade, protecionismo e estratégias financeiras que deixavam sensíveis as economias emergentes.

O periódico alemão *Deutsche Welle* publicou em 2010 uma reportagem<sup>49</sup> sobre essa divergência dentro do G-20 na adoção de políticas inteiramente que poderiam ser prejudiciais para a economia global, inclusive divergências entre os EUA e a União Europeia. Igualmente, ideologicamente, do ponto de vista político, as potências emergentes do BRICS defendiam uma maior participação nos espaços de tomada de decisão internacional - principalmente no sistema financeiro. O avanço da participação dos BRICS dentro do FMI e Banco Mundial foi bastante importante, ainda assim, tímido, se levarmos em consideração a importância dos BRICS na economia mundial.

Com efeito, os países do BRICS conferem ao fórum G20 significativa importância na execução de coordenação econômica e cooperação internacional. É uma constante nos discursos dos líderes do BRICS a menção ao G20 como bloco mais inclusivo, diversificado, representativo e eficaz. Na ocasião da cúpula de 2010, os países do bloco se posicionaram de forma coesa sobre o tema:

Ressaltamos o papel central desempenhado pelo G-20 no combate à crise através de níveis de ação coordenada sem precedentes. Congratulamo-nos com o fato de o G-20 ter sido confirmado como o principal fórum de coordenação econômica e de cooperação internacional de todos os seus Estados-membros. Comparado ao regime anterior, o G-20 é mais amplo, mais inclusivo, diversificado, representativo e eficaz. Apelamos a todos os seus Estados-membros a realizarem esforços para implementar conjuntamente as decisões tomadas nas três cimeiras do G-20. Defendemos a necessidade de o G-20 ser proativo e formular uma estratégia coerente para o período pós-crise. Estamos prontos para contribuir para este esforço comum. (BRICS, DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CHEFES DE ESTADO, §3, 2010)

Percebemos, a partir dessa análise, que as grandes questões da interface externa do BRICS são, antes de tudo, questões de economia internacional. O desenvolvimento econômico representa para o agrupamento o pilar principal que sustenta a legitimidade do que é proposto.

---

<sup>49</sup> Ver “Merkel continua a defender política de austeridade para combater a crise” <<http://www.dw.de/merkel-continua-a-defender-pol%C3%ADtica-de-austeridade-para-combater-a-crise/a-5721071>>

### 3.2.3 O BRICS no Conselho de Segurança nas Nações Unidas.

Os países do BRICS estiveram pela primeira vez reunidos ao mesmo tempo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em 2001. Brasil, Rússia, China e África do Sul tiveram a oportunidade de demonstrar na prática se as ações coordenadas do grupo poderiam ser levadas ao campo da segurança internacional, visto que esse tema tem significativa participação de maneira unilateral da China e Rússia – únicos países do agrupamento a deterem poder de voto e veto no organismo<sup>50</sup>.

A cooperação dos BRICS no CSNU foi eficaz. Já na reunião de cúpula de 2001, os Chefes de Estado ressaltaram a presença dos membros no organismo e identificaram pontos de convergência de opiniões sobre temas de paz e segurança.

Destacamos que a presença simultânea dos cinco países do BRICS no Conselho de Segurança durante o ano de 2011 oferece valiosa oportunidade de se trabalhar de forma conjunta e estreita sobre questões de paz e segurança, com vistas a reforçar as abordagens multilaterais e a facilitar futura coordenação sobre temas da agenda do Conselho de Segurança da ONU. Manifestamos nossa profunda preocupação com a turbulência no Oriente Médio, no Norte e no Oeste da África e desejamos sinceramente que os países afetados alcancem paz, estabilidade, prosperidade e progresso e que recuperem sua posição e sua dignidade no mundo de acordo com as legítimas aspirações de seus povos. Compartilhamos o princípio de que o uso da força deve ser evitado. Afirmamos que a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de cada nação devem ser respeitadas. (BRICS, DECLARAÇÃO DE SANYA, §11, 2011)<sup>51</sup>

Nesse contexto, os países do BRICS demonstram que podem cooperar também na área de segurança e paz. Os membros possuem um discurso comum no que tange à paz e estabilidade. Uma prova disso foi o mandato no Conselho de Segurança 2011. Nesse ano, as votações tiveram uma coordenação importante na questão da Líbia que pode ser percebida principalmente na Resolução 1973/2011, com a abstenção do Brasil, Rússia, Índia e China na aprovação das ações mais

---

<sup>50</sup> O CSNU Compõe-se atualmente de 15 membros, dez não-permanentes, eleitos para mandatos de dois anos (sem possibilidade de reeleição imediata), e cinco membros permanentes, detentores de poder de veto (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia).

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/notas>>

“intervencionistas”<sup>52</sup> no país do Oriente Médio (ver tabela 3). Na ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado do BRICS, o posicionamento foi assertivo:

Desejamos dar continuidade a nossa cooperação no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a questão na Líbia. Concordamos que todas as partes devem resolver suas divergências por meios pacíficos e pelo diálogo com a ONU e organizações regionais competentes desempenhando os papéis que lhes cabem. Expressamos igualmente apoio ao Painel de Alto Nível da União Africana sobre a Líbia. (BRICS, DECLARAÇÃO DE SANYA, §10, 2011)

**Tabela 3 - Votação do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em Resoluções direcionadas à Líbia no Conselho de Segurança das Nações Unidas**

Nº Resolução	Título	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
<u>S/RES/2022 (2011)</u>	Líbia	S	S	S	S	S
<u>S/RES/2017 (2011)</u>	Líbia	S	S	S	S	S
<u>S/RES/2016 (2011)</u>	Líbia	S	S	S	S	S
<u>S/RES/2009 (2011)</u>	Líbia	S	S	S	S	S
<u>S/RES/1973 (2011)</u>	Líbia	<b>ABS</b>	<b>ABS</b>	<b>ABS</b>	<b>ABS</b>	S

Fonte: Sítio eletrônico do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).  
Compilação dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014.

Na ocasião da votação sobre a Resolução 1973/2011, o discurso da representante do Brasil no CSNU à época, a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti traduziu de maneira clara o pensamento do agrupamento em relação ao caso da Líbia, em que a proteção dos civis e o uso da força por meio da ONU foram contestados por parte dos países do agrupamento BRICS. A Embaixadora ponderou entre outras coisas que a proteção de civis em conflitos armados é um dos principais desafios de nosso tempo.

Viotti argumentou ainda que a o uso da força, por meio do CSNU “deve ser usado cuidadosamente, tendo em conta o princípio da proporcionalidade e em estrita conformidade com os termos da autorização”, posicionamento, à época, compartilhado pela Rússia, Índia e China. A referida Embaixadora ponderou:

Sempre que possível, a proteção dos civis deve ser executada através de meios pacíficos e preventivos. Estes incluem o diálogo com as populações locais, a conformidade com o direito humanitário internacional, a coordenação com os agentes humanitários e acompanhamento diligente e

<sup>52</sup> A cooperação sobre posicionamento comum do BRICS repercutiu de maneira tímida na mídia nacional e internacional. Porém houve destaque em alguns periódicos. Ver: < <http://www.horadopovo.com.br/2011/abril/2951-20-04-2011/P3/pag3a.htm>>

relatórios. Em alguns casos, podem ser necessárias medidas coercitivas para proteger os civis. No entanto, o uso da força deve ser sempre o último recurso. Devemos tomar o maior cuidado para assegurar que nossas ações apagar as chamas do conflito, em vez de alimentá-los.<sup>53</sup> (CSNU, Registro da Reunião S/PV.6531, 2011, tradução nossa)

Foi um caso específico em que a cooperação e a sinergia nas votações não se repetiram em todos os temas da agenda. Porém, o discurso comum e a votação coordenada foi significativo, demonstrando a intenção dos países do agrupamento em fortalecer o posicionamento comum fora de temas geoeconômicos.

### 3.2.4 O BRICS na OMC

Para os integrantes do BRICS, a coordenação política no âmbito da Organização Mundial do Comércio não é uma tarefa fácil. Talvez seja a que mais necessite de um esforço institucional intenso do agrupamento na cooperação internacional. Alguns analistas consideram que a participação do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul na OMC, “revela diferentes níveis de prioridade”<sup>54</sup>. Além disso, o histórico e *expertise* no âmbito da organização diferem consideravelmente entre alguns membros do agrupamento.

Não obstante, há esforços políticos-diplomáticos notórios que demonstram que os BRICS estão dispostos a cooperar no sentido de fazerem com que a organização seja eficiente em seus propósitos e “que atue com base nos princípios da imparcialidade e da não discriminação”<sup>55</sup>. Há também outro fato que não se pode deixar de lado: os BRICS são protagonistas no comércio internacional. A coalizão de países dessa envergadura, na busca por propósitos comuns no comércio internacional, faz diferença e não pode ser ignorada, principalmente por parte dos países em desenvolvimento.

Gelson Fonseca (2012) argumenta que dentro dos sistemas multilaterais que lidam com temas de impacto global, não há como chegar a decisões relevantes se

---

<sup>53</sup> Do original: Whenever possible, the protection of civilians should be pursued through peaceful and preventive means. Those include dialogue with the local populations, compliance with international humanitarian law, coordination with humanitarian actors and diligent monitoring and reporting. In some cases, coercive measures may be necessary to protect civilians. Nevertheless, the use of force must always be a last resort. We must take the greatest care to ensure that our actions douse the flames of conflict instead of stoking them. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/>>

<sup>54</sup> Ver THORSTENSEN, RAMOS, MÜLLER e NOGUEIRA, Os BRICS como atores na Organização Mundial Do Comércio, In: Os BRICS na OMC (2012), p. 24.

<sup>55</sup> Declaração Conjunta do BRICs, Brasília, 2009. Texto completo disponível em <[itamaraty.gov.br/notas](http://itamaraty.gov.br/notas)>

não houver participação dos BRICS. No âmbito da OMC não é diferente, essa relevância é substancial. Temas como agricultura, meio ambiente e propriedade intelectual possuem a participação ativa e uma *expertise* histórica de alguns membros do agrupamento<sup>56</sup>.

Por serem grandes países em desenvolvimento, os membros do BRICS, mesmo antes da formalização do agrupamento, já cooperavam em alguns temas no âmbito da OMC<sup>57</sup>. A clivagem na agenda da organização – explicitada desde a Rodada do Uruguai -, fez com que a formação de coalisões em torno de temas específicos fosse necessária para “destravar a agenda”, sendo a cooperação entre os países imperativa para a eficiência das rodadas.

Não é que o BRICS seja porta voz dos países em desenvolvimento na OMC ou em qualquer outra organização. Porém, por meio do discurso do agrupamento, percebe-se que há um comprometimento maior com temas que corroborem com as ideias de reorganizar o Sistema Internacional numa ótica mais justa, “em que todos os países desfrutem de direitos, participação justa nos assuntos econômicos, financeiros e comerciais globais”<sup>58</sup>.

É constante no discurso no agrupamento, sobre qualquer tema, o consenso de que os países em desenvolvimento possuem capacidades distintas e níveis diferenciados de desenvolvimento. Esse fato deve ser levado em consideração quando da normatização de políticas no Sistema Internacional. Não obstante, as premissas de liberação comercial, crítica ao protecionismo e livre acesso aos mercados está presente no discurso oficial dos membros. Sendo esse ponto crucial para o desenvolvimento de suas economias.

Vale salientar que no contexto das consequências da crise econômica de 2008, os países do BRICS enfatizaram que somente por meio de políticas transparentes, diálogo aberto, estável, equitativo e não discriminatório para o ambiente do comércio internacional as economias poderiam se recuperar. Além disso, defenderam a resistência de todas as formas do protecionismo comercial.

---

<sup>56</sup> Paulo Roberto de Almeida (2012), p.82, enfatiza que o Brasil atua de maneira ativa nas discussões sobre a área de agricultura no âmbito da OMC, participando até de coalizões com países em desenvolvimento, a exemplo do Grupo de Cairns, composto por 19 países exportadores de bens agrícolas. Ver: <[www.cairnsgroup.org](http://www.cairnsgroup.org)>

<sup>57</sup> Brasil e Índia, ainda durante as negociações da Carta de Havana (1948) demonstravam uma visão comum sobre temas comerciais e financeiros. Sobre o tema, ver: Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: A diplomacia no contexto da globalização. Paulo Roberto de Almeida, 2012.

<sup>58</sup> BRICS, Declaração de Fortaleza, 2014, §8.

“Precisamos lutar contra restrições disfarçadas ao comércio”, enfatiza a Declaração de Chefes de Estado do BRICS de 2010.

Nesse sentido, a Declaração Conjunta do BRIC de 2010 apresenta alguns pontos em relação ao comércio internacional:

Ressaltamos a importância do sistema de comércio multilateral, consubstanciado na Organização Mundial do Comércio, para proporcionar um diálogo aberto, estável, equitativo e não discriminatório para o ambiente do comércio internacional. Neste contexto, nós nos comprometemos a instar todos os Estados a resistir a todas as formas de protecionismo comercial e a lutar contra restrições disfarçadas ao comércio. Concordamos na necessidade de uma solução global e equilibrada das negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha, de forma a que se cumpra o seu mandato como rodada do desenvolvimento, com base nos progressos já realizados, inclusive no que diz respeito à questão das modalidades. Tomamos nota e apoiamos fortemente a candidatura de adesão da Rússia à OMC. (BRICs, Declaração Conjunta, 2010, §14)

A coordenação política do BRICS, na tentativa de dar continuidade às negociações na OMC – principalmente no âmbito da Rodada de Doha -, é fundamental para viabilizar as trocas comerciais a nível internacional. À vista disso, destaca-se a iniciativa, desde 2010, de reunir anualmente os Ministros de Agricultura e de Desenvolvimento Agrário do BRICS com o intuito de levar o processo de cooperação adiante, com foco particular no potencial dos países em contribuir para a segurança alimentar e nutrição mundiais. O discurso nesse aspecto tem sido voltado para elevar a qualidade de vida dos povos dos países em desenvolvimento.

O comprometimento com a pauta do desenvolvimento fortalece a cooperação e é um dos pontos principais na coordenação de políticas do BRICS. Além disso, destaca-se também que as Reuniões dos Ministros da Agricultura são utilizadas também para fechar parcerias comerciais Intra-BRICS, utilizando de seus membros como parceiros preferenciais em novas iniciativas comerciais<sup>59</sup>.

Tomando como base as declarações dos Chefes de Estado e Governo, quando da realização das cúpulas anuais, percebe-se no que se refere à OMC que o posicionamento do BRICS é alinhado nos seguintes esforços:

---

<sup>59</sup> Em julho de 2014, o periódico “O Globo” repercutiu a reunião ministerial Ministros da Agricultura do BRICS em relação aos acordos prospectivos em consequência do encontro. Ver: < <http://g1.globo.com/economia/2014/07/agricultura-negocia-acordos-comerciais-com-paises-dos-brics.html>>

- a) Fazer com que a organização tenha o papel central na gerência do comércio multilateral e respeite os princípios da transparência e inclusão;
- b) Defender que a OMC tenha atenção especial para o desenvolvimento dos países mais pobres e vulneráveis;
- c) Somar esforços para que a organização possua uma representação efetiva dos países em desenvolvimento em nível de Direção<sup>60</sup>.

O discurso pode soar generalista, contudo há de se reconhecer que tal ênfase tem sido realizada por potências emergentes que desempenham um papel de destaque no comércio internacional. O alinhamento político-diplomático é *per si* uma constatação do esforço em cooperar em torno dessa temática.

Para o BRICS, a dificuldade na coordenação política dentro da OMC acontece, principalmente, por causa dos diferentes níveis de prioridade apresentados por cada membro. Até mesmo o histórico da participação dos integrantes do BRICS na organização se diferencia consideravelmente: Índia, Brasil e África do Sul são os que mais se assemelham no que tange ao histórico e à defesa de interesses comuns dentro da OMC, inclusive esforços nessa organização já foram realizados dentro do fórum político IBAS.<sup>61</sup> Esses países foram partes contratantes do antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio que entrou em vigor em 1948. Àquela época, a China também participou do GATT, todavia em 1949, o governo de Taiwan decidiu se retirar do protocolo, retornando às negociações para ser parte contratante em 1986. Após 14 anos a China finalizou o processo de acesso à OMC, em novembro de 2001<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Os países do BRICS declararam ainda no ano de 2013, antecedente a votação para o Diretor-Geral da OMC, que os membros apoiavam que o próximo cargo de chefia da OMC fosse ser um representante de um país em Desenvolvimento. Os esforços dos países em Desenvolvimento foram efetivos, elegendo assim o brasileiro Geraldo Azeredo, para o cargo mais importante da OMC. Ver Declaração de eThekweni do BRICS (2013), § 16. (2013).

<sup>61</sup> O IBAS é um mecanismo de coordenação que foi estabelecido em 2003. É formado por três países emergentes: Índia, Brasil e África do Sul. Considerado por analistas como o Ex-Chanceler brasileiro Celso Amorim como “três democracias multiétnicas e multiculturais”, o IBAS demonstra que estão determinados a contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional, a unir voz em temas globais e a aprofundar seu relacionamento mútuo em diferentes áreas. Ver: <itamarty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais>

<sup>62</sup> Sobre esse tema, ver: THORSTENSEN, RAMOS, MÜLLER e NOGUEIRA, Os BRICS como atores na Organização Mundial do Comércio, In: Os BRICS na OMC. Ipea, 2012.

O processo com a Rússia foi igualmente demorado. O país ingressou na OMC somente em 2011. Na perspectiva de alguns analistas<sup>63</sup>, a acessão da Rússia à OMC se deu a partir da percepção do governo de que era necessário que a economia fosse diversificada e dinamizada, reduzindo a dependência de atividades ligadas ao setor energético, como gás e petróleo.

Celso Amorim (2008) argumenta que diante do contexto de crise internacional, principalmente o fato da desaceleração da economia estadunidense e da União Europeia, “os BRICS têm contribuído para manter nos trilhos a economia mundial”. O comércio internacional e o papel de sua mais importante organização, a OMC, são para o BRICS de fundamental importância para o multilateralismo e o desenvolvimento.

Ainda que sob constantes dificuldades, a cooperação do BRICS na OMC é frutífera tanto para manobras Intra-BRICS, quanto para o desenvolvimento do comércio internacional, principalmente no que se refere aos países emergentes.

---

<sup>63</sup> Idem.

#### 4 CONTRA HEGEMONIA: BRICS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

“Nós queremos um novo bloco de poder, mais ativo, mais eficiente.”

Ministro Guido Mantega<sup>64</sup>,

Há dois fatores principais que norteiam o discurso do BRICS na proposição de reformas no Sistema Financeiro Internacional: 1) a crescente e contínua importância de seus países geopoliticamente e geoeconomicamente - intensificada na última década -, e, 2) o reconhecimento de que o modelo neoliberal de desenvolvimento está em crise e necessita de uma reordenação a partir de políticas de inclusão, investimento e incentivo.

Cabe reconhecer, primeiramente, que quando se trata do tema de reformas no Sistema Internacional, os BRICS são uníssomos na seguinte visão: a maneira como estão estruturadas as duas Instituições de *Bretton Woods*: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, não levam em consideração o papel de seus países no contexto da economia global. Nessas instituições, a participação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisão é mínimo, aspecto criticado principalmente por países como Brasil, Rússia, Índia e China.

Podemos acrescentar ainda que, o contexto de criação das mesmas, o pós-segunda guerra, há bastante tempo não representa a sociedade internacional vigente, que é multipolar, interdependente e formada por vários agentes que influenciam constantemente a estrutura do Sistema Internacional<sup>65</sup>. Vale salientar que nesse debate sobre agente-estrutura, as políticas implementadas por parte do FMI e Banco Mundial influenciam diretamente as economias dos países do agrupamento. Essa sensibilidade, somada ao próprio caráter político – de poder – dessas instituições, deixam abertas lacunas para que o BRICS atue em favor de um modelo que atenda às necessidades de seus países e dos demais que passam por dificuldades semelhantes.

Uma série de perguntas, de caráter econômico e político, podem ser formuladas em relação à aspiração dos países do BRICS em terem mais voz e vez

---

<sup>64</sup> “Países Emergentes: A Crise Mundial impõe uma Nova Regulamentação Financeira” Ministério da Fazenda, 7 de novembro de 2008. <[www.fazenda.gov.br/audio/2008/novembro/a071108c.asp](http://www.fazenda.gov.br/audio/2008/novembro/a071108c.asp)>

<sup>65</sup> O debate “agente-estrutura” pode ser encontrado na abordagem construtivista e pós-estruturalista das Relações Internacionais. Ver Onuf, Wendt.

no Sistema Internacional: em que medida os países do BRICS possuem legitimidade para propor reformas estruturais em instituições como FMI e Banco Mundial? Qual é modelo de desenvolvimento proposto por parte do BRICS para que essas organizações sejam mais justas e inclusivas?

A resposta para essas questões pode ainda não ser tão evidente, mas podemos encontrar em que se baseia a altivez do BRICS na cooperação objetivando mudanças na economia mundial, tendo na crise econômico-financeira que estourou em 2008, uma justificativa forte para que seus membros sejam mais imponderados. Há de se convir que a participação dos BRICS na retomada do crescimento mundial a partir de então foi providencial.

Trata-se verdadeiramente, em certo sentido, do reconhecimento que a possibilidade do avanço de uma crise generalizada na economia internacional foi o terreno ideal para o desenvolvimento da iniciativa do agrupamento, pois foi dada abertura a adoção de medidas coordenadas para a contenção da crise no mundo no âmbito do G-20 financeiro, em que o peso do BRICS é considerável.

À vista disso e da legitimidade discursiva na proposição de transformações retro referida, observemos na Tabela 4, a seguir, na qual constatamos participação dos países que atualmente compõem o G-20 financeiro<sup>66</sup> no PIB mundial (*nominal US\$*) nos anos de 2000 e 2013. A sétima coluna (00-2013) apresenta a diferença de quanto o PIB do país representava em 2000 em relação aos dados de 2013.

**Tabela 4 - Participação do PIB nominal (%) dos países que compõem o G-20 financeiro\* no PIB Mundial nos anos de 2000 e 2013**

	2000		2013		00-13
	US\$	% M	US\$	% M	
<b>Estados Unidos</b>	\$10.289.700.000.000,00	38,24	\$16.800.000.000.000,00	22,43	-15,81
<b>China</b>	\$1.198.474.937.925,34	4,45	\$9.240.270.452.050,24	12,34	7,88
<b>Japão</b>	\$4.731.198.760.271,14	17,58	\$4.901.529.519.265,57	6,54	-11,04
<b>Alemanha</b>	\$1.886.401.326.699,83	7,01	\$3.634.822.579.319,16	4,85	-2,16
<b>França</b>	\$1.326.334.438.916,53	4,93	\$2.734.949.064.748,58	3,65	-1,28
<b>Reino Unido</b>	\$1.493.628.385.534,88	5,55	\$2.521.380.958.034,55	3,37	-2,19
<b>Brasil</b>	\$644.701.831.101,39	2,40	\$2.245.673.032.353,76	3,00	0,60
<b>Rússia</b>	\$259.708.496.267,33	0,97	\$2.096.777.030.571,25	2,80	1,83
<b>Itália</b>	\$1.104.009.462.562,19	4,10	\$2.071.306.890.124,79	2,77	-1,34

<sup>66</sup> Em nossa composição, o G-20 financeiro está sendo apresentado sem a representação da União Europeia. Entendemos que ao colocar o bloco europeu estaríamos sobrepondo os dados dos países do bloco que já fazem parte do fórum individualmente.

Índia	\$476.609.148.165,64	1,77	\$1.876.797.199.132,53	2,51	0,73
Canadá	\$739.455.928.893,68	2,75	\$1.826.768.562.832,01	2,44	-0,31
Austrália	\$415.208.189.411,54	1,54	\$1.560.597.150.412,22	2,08	0,54
Coreia do Sul	\$561.633.037.419,54	2,09	\$1.304.553.972.501,69	1,74	-0,35
México	\$683.647.980.782,41	2,54	\$1.260.914.660.977,14	1,68	-0,86
Indonésia	\$165.021.012.261,51	0,61	\$868.345.645.449,30	1,16	0,55
Turquia	\$266.567.532.725,56	0,99	\$820.206.962.631,09	1,09	0,10
Arábia Saudita	\$188.441.864.874,67	0,70	\$745.272.533.333,33	0,99	0,29
Argentina	\$344.272.910.000,00	1,28	\$611.755.084.645,17	0,82	-0,46
África do Sul	\$132.877.640.157,57	0,49	\$350.630.133.297,43	0,47	-0,03

<b>Mundo</b>	\$32.981.132.787.794,70
--------------	-------------------------

\$74.909.811.380.337,90
-------------------------

**Fonte: Sítio eletrônico Banco Mundial.**  
**Compilação e sistematização dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014.**

Observando o Gráfico 07, percebemos que com exceção da África do Sul – que ainda assim teve a menor “retração” entre os BRICS, os demais países do agrupamento aumentaram sua participação na economia mundial nos últimos 13 anos. Brasil, Rússia, Índia e China estão entre os países que mais somaram para economia mundial no período de 2000-2013, ao contrário dos mais industrializados, que percentualmente tem perdido espaço na composição do PIB Mundial. Por si só, esse dado justifica a postura *bricsiana*<sup>67</sup> de buscar mais representatividade no processo decisório na economia internacional.

Consideramos essa análise necessária, pois, a maneira como que o tema do BRICS é abordado, principalmente em periódicos internacionais ocidentais<sup>68</sup>, é de que tais países não têm força para reivindicar mudanças, ou ainda que alguns membros do BRICS estão em uma crise generalizada, sendo, na visão desses periódicos países os mais industrializados os motores da economia mundial.

De fato, a crise econômico-financeira de 2008 afetou o ritmo de crescimento mundial. Mesmo assim, se consideramos o período de 2003-2013, no que se refere ao crescimento médio dos países que hoje compõem o G-20 financeiro, os países do BRICS ainda se destacam, apesar da desaceleração evidente. Observemos a Tabela 5 com o desempenho do PIB nominal dos países que atualmente compõem o G-20 financeiro em dois aspectos: a) crescimento anual (2003 a 2013) e crescimento médio (2003-2013). Organizamos os dados na ordem decrescente.

<sup>67</sup> Expressão utilizada por Valdemar Carneiro Leão, Diplomata, sherpa do Brasil no G20, Publicação FUNAG, o Brasil e os BRICS, Brasília, 2012

<sup>68</sup> Ver *The Economist*, *The Guardian*.

**Tabela 5 - Desempenho anual (%) do PIB nominal dos países do G-20 financeiro entre os anos de 2003 e 2013 e média do período 2003-2013**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	00-13
<b>China</b>	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,4	9,3	7,7	7,7	<b>11,2</b>
<b>India</b>	7,9	7,9	9,3	9,3	9,8	3,9	8,5	10,3	6,6	4,7	5,0	<b>8,3</b>
<b>Saudi Arabia</b>	8,3	8,6	7,3	5,6	6,0	8,4	1,8	7,4	8,6	5,8	3,8	<b>7,2</b>
<b>Argentina</b>	8,8	9,0	9,2	8,4	8,0	3,1	0,1	9,1	8,6	0,9	3,0	<b>6,8</b>
<b>Indonesia</b>	4,8	5,0	5,7	5,5	6,3	6,0	4,6	6,2	6,5	6,3	5,8	<b>6,3</b>
<b>Turkey</b>	5,3	9,4	8,4	6,9	4,7	0,7	-4,8	9,2	8,8	2,1	4,0	<b>5,5</b>
<b>Russia</b>	7,3	7,2	6,4	8,2	8,5	5,2	-7,8	4,5	4,3	3,4	1,3	<b>4,8</b>
<b>Korea, Rep.</b>	2,9	4,9	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	3,0	<b>4,1</b>
<b>Brazil</b>	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	1,0	2,5	<b>3,9</b>
<b>South Africa</b>	2,9	4,6	5,3	5,6	5,5	3,6	-1,5	3,1	3,6	2,5	1,9	<b>3,7</b>
<b>Australia</b>	3,1	4,2	3,2	3,0	3,8	3,7	1,7	2,0	2,2	3,6	2,7	<b>3,3</b>
<b>Mexico</b>	1,4	4,3	3,0	5,0	3,1	1,4	-4,7	5,1	4,0	4,0	1,1	<b>2,8</b>
<b>Canada</b>	1,9	3,1	3,2	2,6	2,0	1,2	-2,7	3,4	2,5	1,7	2,0	<b>2,1</b>
<b>United States</b>	2,8	3,8	3,4	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,8	2,8	1,9	<b>2,0</b>
<b>United Kingdom</b>	3,9	3,2	3,2	2,8	3,4	-0,8	-5,2	1,7	1,1	0,3	1,7	<b>1,5</b>
<b>Germany</b>	-0,4	1,2	0,7	3,7	3,3	1,1	-5,1	4,0	3,3	0,7	0,4	<b>1,3</b>
<b>France</b>	0,9	2,5	1,8	2,5	2,3	-0,1	-3,1	1,7	2,0	0,0	0,2	<b>1,1</b>
<b>Japan</b>	1,7	2,4	1,3	1,7	2,2	-1,0	-5,5	4,7	-0,5	1,4	1,5	<b>1,0</b>
<b>Italy</b>	0,0	1,7	0,9	2,2	1,7	-1,2	-5,5	1,7	0,4	-2,4	-1,9	<b>-0,2</b>

Fonte: Sítio eletrônico Banco Mundial.

Compilação e sistematização dos dados: JUNIOR, Valter Angelo, 2014.

A partir desse diagnóstico, percebemos que a maioria dos países em desenvolvimento, apesar da evidente diminuição do crescimento, obtiveram resultados consideravelmente melhores do que os países mais desenvolvidos economicamente (G7), que apresentam desde 2003, sinais de ritmo menor no crescimento econômico.

Com efeito, percebe-se o motivo pelo qual o BRICS busca – principalmente no sistema financeiro – uma maior participação de seus membros e dos demais países em desenvolvimento no processo decisório de instituições como o FMI e o Banco Mundial, tendo no crescimento de suas economias, antes de qualquer outro tema, a maior justificativa de que as mudanças sejam executadas.

Diante de tais constatações, questiona-se ainda: qual o modelo proposto pelo BRICS para a reforma da arquitetura financeira e econômica internacional? Sendo

seus países os protagonistas de uma transformação prospectiva, espera-se que haja uma nova lógica de participação e implementação de medidas nesse aspecto.

À vista disso, desde o início da cooperação, ainda como fórum-político diplomático, o BRICS já se posicionara sobre qual o desenho institucional considerado viável e quais os meios para se chegar a mudanças concretas na economia mundial. Nesse sentido, considera o agrupamento que “as economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso na representação nas instituições internacionais, cujos diretores e executivos deve ser indicados por intermédio de um processo aberto, transparente e com base no mérito.”<sup>69</sup> Tal afirmação é uma crítica direta ao FMI e Banco Mundial. Enfatiza o agrupamento:

Estamos convencidos de que a reforma da arquitetura financeira e econômica deve basear-se, inter alia, nos seguintes princípios: - processo decisório e de implementação democrático e transparente no âmbito das organizações financeiras internacionais; - sólida base legal; - compatibilidade entre as ações de instituições regulatórias nacionais eficazes e de organismos internacionais de regulamentação; - fortalecimento do gerenciamento de risco e das práticas de supervisão. (BRICs, Declaração Conjunta, 2009, §4)

Apesar das críticas e da insatisfação evidente do BRICS em relação a como está organizada a arquitetura econômica e financeira mundial, os países do agrupamento em nenhum momento sinalizaram a saída de suas instituições mais importantes. Pelo contrário, os BRICS têm atuado de forma coordenada em alguns aspectos na busca de um maior empoderamento no FMI e Banco Mundial.

Em relação ao FMI, Batista (2012), enfatiza que apesar das dificuldades de coordenação do BRICS na área econômica e comercial, os países vêm aumentando sua presença – enquanto bloco – no campo internacional. O Diretor executivo do FMI pelo Brasil afirma:

Os cinco diretores executivos dos BRICS no FMI se reúnem com muita frequência para coordenar posições sobre temas na pauta da diretoria ou iniciativas nossas. Cada passo do grupo demanda muita preparação e articulação. No caso de alguns países, notadamente a China, o processo de tomada de decisão é lento e complexo e inclui consultas a várias instâncias em Pequim. O esforço de articulação é trabalhoso, às vezes penoso, mas produz seus frutos. Em matéria de reformas de quotas e da governança do FMI, por exemplo, os BRICS atuam frequentemente de forma coordenada,

---

<sup>69</sup> BRICs, Declaração Conjunta, Brasília, 2009, §3.

inclusive preparando *statements* conjuntos para reuniões da Diretoria. (BATISTA, 2012)<sup>70</sup>

Na perspectiva do Diretor, as características econômicas, geográfica e populacional, combinadas com a posição econômico-financeira independente dos BRICS, legitimam suas propostas de transformações no sistema econômico financeiro internacional. Essa posição independente dos membros está ligada ao fato de que nenhum deles atualmente depende de capitais externos estadunidenses e europeus ou da assistência financeira do FMI para equilibrar suas balanças de pagamento.

Uma importante ação coordenada no âmbito do FMI foi tomada no sentido de elevar a contribuição dos países do BRICS na Instituição. Entre 2009-2010, os países do agrupamento decidiram em conjunto contribuir 75 bilhões de dólares. Essa força-tarefa reforçou ainda mais a participação dos emergentes, apesar de não ter surtido o efeito desejado no que tange ao poder de voto e tomada de decisões no organismo.

Em relação ao Banco Mundial, a insatisfação com a maneira em que a Instituição se organiza também é constante. Oliver Stuenkel (2013), afirma que as reformas no Banco Mundial têm sido muito lentas e insuficientes. O Banco Mundial, afirma o autor, “permanece, apesar do nome, uma instituição dominada pelo ocidente na visão das potências emergentes”.

Qualquer que seja a posição do BRICS em relação ao sistema financeiro internacional a palavra “reforma” está sempre presente, implicitamente ou explicitamente. A insatisfação com o *modus operandi* dessas Instituições, somada ao peso relevante das mesmas como agentes de influência internacional, faz com que o BRICS trave uma luta constante contra o *status quo* do Ocidente, representado principalmente a partir de Washington, no desenho da arquitetura financeira internacional.

#### **4.1 Banco do BRICS e o Acordo Contingente de Reservas**

O descontentamento com o sistema financeiro internacional é uma característica comum aos países do BRICS e para a maioria dos países emergentes. Isso acontece, pois, a participação no processo decisório nas instituições que

---

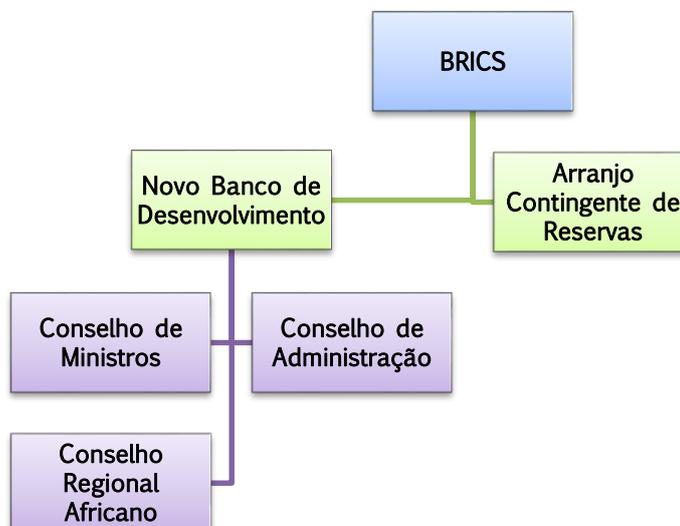
<sup>70</sup> Em entrevista à Folha de São Paulo. Artigo publicado em 10 de fevereiro de 2012. < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1806200904.htm>>

normatizam as finanças internacionais é ainda centralizada pelos países mais desenvolvidos, inclusive, por vezes necessitando de aprovação do legislativo de tais países para que qualquer tipo de reforma seja feita, como é o caso da reforma do FMI ser sujeita à aprovação do Congresso estadunidense<sup>71</sup>.

Mesmo não havendo institucionalização formal, percebe-se por meio das iniciativas do BRICS, um direcionamento para uma organização interna e institucional cada vez maior nos próximos anos. À vista disso, temos nos projetos já iniciados: Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e Acordo Contingente de Reservas (ACR), o espaço em que a cooperação dos membros está mais elaborada, obedecendo a normas e procedimentos comuns.

A partir do BRICS, percebe-se a formação da seguinte estrutura:

**Gráfico 9 – Estrutura: Banco do BRICS e Arranjo Contingente de Reservas**



**Fonte:** JUNIOR, Valter Angelo (2014)

A estrutura apresentada acima é meramente ilustrativa. Não há ainda um organograma do formato BRICS.

<sup>71</sup> Na tentativa de amenizar o efeito da crise financeira de 2007-2008, foi acordado em 2010, na cúpula do G-20 financeiro, a reforma das quotas-parte da Instituição. Todavia, o congresso estadunidense não ratificou o acordo, impossibilitando tal procedimento. Ver notícia sobre este assunto em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/8d4755ee-7d43-11e3-81dd-00144feabdc0.html#axzz3KDsJ8al0> acesso 25 ago 2014.

Iniciativas dessa envergadura reforçam dois argumentos principais, no que concerne ao ideal de desenvolvimento proposto por esse novo formato: 1) que os países do BRICS, ao perceber a importância de suas economias e a fragilidade do sistema financeiro internacional não estão mais dispostos a aguardar somente uma reconfiguração das instituições internacionais, mas também desenvolver projetos próprios que corroborem para que seus países possam manter um nível de desenvolvimento sustentável e independente, descolado de influências externas, e, 2) que a iniciativa do BRICS não é uma mera resposta a uma conjuntura internacional pós-crise financeira, mas sim um agrupamento comprometido com mudanças em níveis sistêmicos que viabilizem um ciclo de desenvolvimento que seja mais inclusivo, seja no processo de tomada de decisão ou no que se refere a representatividade dos países em desenvolvimento.

O NBD foi formalizado a partir do documento “*Agreement on the New Development Bank*<sup>72</sup>” que descreve a motivação para a criação do Banco e todas as funções relativas a essa nova instituição internacional.

O Banco deverá mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em BRICS e outras economias emergentes e países em desenvolvimento, que complementa os esforços existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento e desenvolvimento global. Para cumprir o seu objetivo, o Banco deve apoiar projetos públicos ou privados por meio de empréstimos, garantias, participações no capital e outros instrumentos financeiros. Deve igualmente cooperar com as organizações internacionais e outras entidades financeiras, e prestar assistência técnica para projetos a serem apoiados pelo Banco<sup>73</sup>. (Propósitos e Funções, ANDB, §2) Tradução nossa.

Fica claro no artigo sobre os propósitos e funções que o NBD se insere no cenário internacional não como um ator que se contrapõe a outras iniciativas existentes, reforçando a argumentação de que os BRICS ainda querem ser protagonistas nas demais instituições financeira internacionais – tal qual o Banco Mundial -, mas que essa iniciativa tem como intuito cooperar com as demais já

---

<sup>72</sup> Disponível em: <<http://brics6.itamaraty.gov.br/media2/press-releases/219-agreement-on-the-new-development-bank-fortaleza-july-15>>. Acesso: setembro de 2014.

<sup>73</sup> Do original: The Bank shall mobilize resources for infrastructure and sustainable development projects in BRICS and other emerging economies and developing countries, complementing the existing efforts of multilateral and regional financial institutions for global growth and development. To fulfill its purpose, the Bank shall support public or private projects through loans, guarantees, equity participation and other financial instruments. It shall also cooperate with international organizations and other financial entities, and provide technical assistance for projects to be supported by the Bank.

existentes, priorizando projetos de desenvolvimento sustentável nas economias emergentes.

Os demais artigos do documento descrevem como será a participação de cada membro na estrutura organizacional do Banco, processo de votação, disponibilização de capital para membros e não membros, quotas de participação, além de definir onde o Banco será situado. Consta no documento:

O Banco terá um Conselho de Ministros, um Conselho de Administração, um Presidente e Vice-Presidentes. O presidente do Banco será eleito de um dos membros fundadores, numa base rotativa, e haverá pelo menos um vice-presidente de cada um dos outros membros fundadores. (ANDB, §3) Tradução nossa.

De acordo com Carlos Codenzay<sup>74</sup> (2014), as necessidades na área de infraestrutura e desenvolvimento sustentável são grandes, porém os bancos multilaterais existente atualmente não dão conta de atender as demandas. Conzenday afirma que mesmo sendo complementar aos projetos de outros Bancos, o NBD faz sim uma pequena competição com o Banco Mundial, o Secretário afirma que “um pouco de competição nunca é mal”, pois motiva outros bancos a serem mais rápidos, ágeis e eficientes em seus deveres.

Na declaração de Fortaleza, em 2014, foi lançada a iniciativa do NBD, sendo definidas as quotas-parte de cada país até então e as definições dos cargos de liderança dessa nova instituição internacional.

Com fundamento em princípios bancários sólidos, o Banco fortalecerá a cooperação entre nossos países e complementar os esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais para o desenvolvimento global, contribuindo, assim, para nossos compromissos coletivos na consecução da meta de crescimento forte, sustentável e equilibrado. O Banco terá capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US\$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores. (BRICS, Declaração de Fortaleza, 2014, §11-12).

O primeiro presidente do Conselho de Ministros será da Rússia. O primeiro presidente do Conselho de Administração será do Brasil. O primeiro Presidente do Banco será da Índia. A sede do Banco será localizada em Xangai. O Centro Regional Africano do Novo Banco de Desenvolvimento será estabelecido na África do Sul concomitantemente com sua sede. Instruímos nossos Ministros das Finanças a definir as modalidades para sua operacionalização. (BRICS, Declaração de Fortaleza, 2014, §13).

---

<sup>74</sup> Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda do Brasil. Entrevista disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=aDPwn7sgjhc> > acesso: 11 set 2014.

O Acordo Contingente de Reservas (ACR), foi estabelecido por meio do “*Treaty for the establishment of a BRICS Contingent Reserve Arrangement*”<sup>75</sup>. Essa iniciativa foi de extrema importância para consolidação do formato BRICS de desenvolvimento, especificamente no que tange a cooperação Intra-BRICS, pois servirá como uma garantia do controle orçamentário dos países em médio e longo prazo.

De acordo com o Embaixador Flávio Damico (2014)<sup>76</sup> esse fundo atuará como um “FMI miniatura” do qual apenas cinco países fazem parte, em um primeiro momento, somente os cinco que constituem o BRICS. Damico assevera que o ACR servirá como fundo de ajuda mútua aos demais países caso estejam defrontados com crise na balança de pagamentos. Não sendo mais necessário, *a priori*, recorrer ao Fundo Monetário Internacional, como acontecera até então.

O tratado possui vinte e três artigos, dentre os mais importantes nota-se os que designam: os objetivos do Acordo; instrumentos a serem utilizados caso haja necessidade de socorro financeiro; obrigações e sanções; governança e processo decisório, além de detalhes técnicos sobre a manutenção das finanças etc.

Diferente do NBD, o ACR não possui personalidade internacional legal e independente<sup>77</sup>. O modelo formulado pelo BRICS caracteriza-se mais como uma ferramenta, não como uma instituição. Contudo, a garantia de que existirão reservas internacionais disponíveis para possíveis desarranjos na balança de pagamento dá aos países do agrupamento maior credibilidade internacional, mesmo que suas reservas próprias já sejam de uma grandeza considerável.

O Novo Banco de Desenvolvimento e o Acordo Contingente de Reservas são sem dúvida duas iniciativas importantes para o empoderamento dos países emergentes no Sistema Financeiro Internacional, pois os mesmos serão os beneficiados com os empréstimos e investimentos em um primeiro momento. Contudo, para serem bem sucedidas, há de haver uma continuidade no crescimento das economias emergentes, tendo os BRICS, nesse contexto, um papel de liderança na reorganização da ordem internacional.

---

<sup>75</sup> Disponível em: <<http://brics6.itamaraty.gov.br/media2/press-releases/220-treaty-for-the-establishment-of-a-brics-contingent-reserve-arrangement-fortaleza-july-15>> Acesso: 12 set de 2014.

<sup>76</sup> Depoimento disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=frbvXxEAVPQ>> acesso 20 agosto 2014.

<sup>77</sup> Ver § 21: *Legal Status of the CRA*.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto político-econômico internacional sofreu grandes transformações desde o pós-segunda guerra mundial. As organizações internacionais desempenharam a partir de então, um papel de relevância nas relações entre os Estados, tornando-se espaços de tomada de decisões e feitura de normas – de governança - para viabilizar a convivência dos mesmos em um cenário anteriormente devastado pelas crises e conflitos.

Apesar de serem caracterizadas como multilaterais, a maioria das organizações internacionais criadas nesse período tiveram o poder decisório concentrado nas mãos de poucos países, nos que até então detinham a maior relevância econômica e política, sendo esses os responsáveis por direcionar a agenda das novas organizações em torno de um modelo de desenvolvimento que levava em consideração, antes de tudo, suas próprias crenças e paradigmas.

Contudo, tal situação de assimetria no relacionamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento – os emergentes – sofreu uma diminuição considerável, sendo a última década o período em que se pode constatar a diminuição contínua dos primeiros e o apogeu dos segundos, seja no campo geoeconômico ou na influência política no Sistema Internacional.

Do lado dos países desenvolvidos, percebe-se a participação cada vez menor dos países europeus, do Japão e dos Estados Unidos no desempenho econômico mundial, principalmente nos últimos dez anos. Do lado dos países em desenvolvimento, destacaram-se os países do agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na contribuição efetiva para o crescimento mundial e na busca por uma inserção internacional que os empoderasse nos processos decisórios mundiais, situação que então não aconteceu devidamente.

Com efeito, mesmo tendo sido passados setenta anos da criação de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização das Nações Unidas, pouco foi realizado para que a distribuição de poder nos seus principais organismos refletisse as transformações geopolíticas e geoeconômicas acontecidas.

Nesse sentido, desde a criação do agrupamento político-diplomático BRICS, seus membros se posicionam como porta-vozes dos países emergentes no que

concerne a reorganização da ordem internacional. Por meio das suas ações coordenadas, os BRICS se apresentam como um modelo alternativo para o desenvolvimento mundial, propondo um formato que seja multipolar, mais justo e inclusivo.

De modo geral, a percepção sobre os BRICS é positiva, pois leva em consideração a maneira com que tais países, apesar das diferenças culturais, históricas e de nível de desenvolvimento, puderam se agrupar com um objetivo comum: o de buscar reformas no Sistema Internacional, que na visão dos mesmos não reflete a realidade atual. Todavia, há ainda algumas dessemelhanças no que cada membro espera do agrupamento.

A atuação do BRICS tem mostrado bastante similar ao que vem sendo desempenhado pelo G7 nos últimos anos. Os dois agrupamentos são atualmente duas instâncias políticas que apresentam modelos de desenvolvimento distintos. O primeiro por um discurso anti-hegemônico, multilateral e que busca a quebra do *status quo* de potências que até então definem o *modus operandi* das principais organizações de governança global. O segundo pela crença no modelo de desenvolvimento de caráter neoliberal, que se mostrou falho nos últimos anos, principalmente na prevenção e superação da crise econômica de 2008.

À vista disso, os membros do BRICS tem conseguido engajar-se nas cada vez mais em diversas instâncias. No campo econômico-financeiro, ações têm sido realizadas para uma representação maior no FMI e Banco Mundial que seja convertida na abertura de espaços para participação nos processos de tomada de decisão; no G-20 financeiro, utilizam do fato do melhor desempenho de suas economias para inserir temas de seu interesse na agenda internacional; na OMC, apesar das dificuldades de regulação comércio internacional, mostram-se comprometidos com a liberalização, desde que respeite as especificidades de cada membro, em especial dos menos desenvolvidos. No campo político mostraram que são capazes de atuar em conjunto quando estiveram reunidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, defendendo princípios como os de respeito à soberania e não intervenção.

No que se refere à emergência de novos instrumentos e instituições multilaterais, o BRICS formalizou o desenvolvimento de iniciativas sólidas (Novo Banco de Desenvolvimento e Acordo Contingente de Reservas) que demonstram que seus membros não só estão dispostos a ter mais voz e vez nas organizações

existentes, mas também a serem protagonistas de um novo formato de gestão que leve em consideração a sustentabilidade e o respeito aos diferentes níveis de desenvolvimento.

Os próximos anos serão de desafios para a consolidação do modelo proposto pelo BRICS para o desenvolvimento mundial. A economia internacional ainda sofre com as consequências da crise, tendo seus países diminuindo consideravelmente o ritmo de crescimento apresentado na última década. O BRICS terá de mostrar que não é somente resultado de uma conjuntura internacional economicamente favorável, fazendo valer o que tem sido proposto por seus membros nos últimos encontros anos: a necessidade de transformações emergenciais no Sistema Internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana. **China and the BRICS Development Bank: Legitimacy and Multilateralism in South–South Cooperation**. In: IDS Bulletin. 45.4. p.1-17.

Disponível em: <<http://goo.gl/SjDctR>>

ALMEIDA, Paulo. **Relações internacionais e política exterior do Brasil: A diplomacia brasileira no contexto da globalização**

AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Editora Benvirá, 2011, 600p.

AMORIM, Celso, “**Os BRICS e a reorganização do mundo,**” Folha de S. Paulo, 8 de junho 2008. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br). Acesso: outubro de 2014.

BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>> Acesso: agosto de 2014.

BATISTA, N. Paulo. **Os BRICS no FMI e no G-20**. Carta Maior, 18 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-BRICS-no-FMI-e-no-G-20%B9/6/26393>>. Acesso: Agosto de 2014.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CHELLANEY, Brahma. **Geopolitical opportunities and challenges for BRICS**, p. 1-9. Conferência BRICS no século XXI. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[brics21.com.br](http://brics21.com.br)>. Acesso: 30 maio de 2014.

COZENDAY, Carlos. Banco do BRICS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aDPwn7sgihc>> Acesso: agosto de 2014.

DAMICO, Flávio. Brics criarão fundo e banco com foco em desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=frbvXxEAVPQ>> Acesso: agosto de 2014.

DAVYDOV, M. Vladimir. BRICS: **balance de actuación y prioridades económicas**. Conferência BRICS no século XXI. Rio de Janeiro, 2014, 20p. Disponível em: <[brics21.com.br](http://brics21.com.br)>. Acesso: 30 maio de 2014.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. World Economic Outlook. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/weoselagr.aspx#a119>> 16 ago 2014.

LEÃO, C. Valdemar. **O Brasil, os BRICS e agenda internacional**, FUNAG, Brasília, 2012. Disponível em:

<<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/OBrasileosBrics.pdf>> Acesso: agosto de 2014.

MANTEGA, Guido. “Países Emergentes: A Crise Mundial impõe uma Nova Regulamentação Financeira” Ministério da Fazenda, 7 de novembro de 2008. <[www.fazenda.gov.br/audio/2008/novembro/a071108c.asp](http://www.fazenda.gov.br/audio/2008/novembro/a071108c.asp)>. Acesso: outubro de 2014.

MODI, Narendra. **India attached great importance to BRICS**. Disponível em: <[http://in.rbth.com/world/2014/07/14/india\\_attaches\\_great\\_importance\\_to\\_brics\\_36657.html](http://in.rbth.com/world/2014/07/14/india_attaches_great_importance_to_brics_36657.html)> Acesso em 20 julho 2014.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs. Paper n°66. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ourthinking/brics/building-better.html>> acesso: 12 junho 2014.

O'NEILL, Jim. **10 anos de Brics, muito para comemorar**. O Estado de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,10-anos-de-brics-muito-para-comemorar-imp-,817254>> acesso: 10 junho 2014.

PIKETTY, Thomas. **Vamos falar sobre dados**: In: O Capital no Século XXI. Disponível em: <<http://www.hup.harvard.edu/>> Acesso: Agosto de 2014.

PUTIN, Vladimir. **Time to raise the BRICS' role to a new level**. Disponível em: <[http://in.rbth.com/world/2014/07/15/time\\_to\\_raise\\_the\\_brics\\_role\\_to\\_a\\_new\\_level\\_vladimir\\_putin\\_36701.html](http://in.rbth.com/world/2014/07/15/time_to_raise_the_brics_role_to_a_new_level_vladimir_putin_36701.html)> acesso: Agosto de 2014.

QIAN, Hao. **Where is BRICS heading for?** Chinese Scholar's Perspective, p.1-14. Conferência BRICS no século XXI. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[brics21.com.br](http://brics21.com.br)>. Acesso: 30 maio de 2014.

STUENKEL, Oliver. **The Financial Crisis, Contested Legitimacy, and the Genesis of Intra-BRICS Cooperation**. In: Global Governance 19, p. 611–630, 2013.

RUGGIE, John Gerald. **Multilateralism Matters: The Theory and Praxis of an Institutional Form**. Columbia University Press, 1993.

THORSTENSEN, Vera. **Os BRICS como atores na Organização Mundial Do Comércio**, In: Os BRICS na OMC, Ipea. 2012).